

Rede Europeia Anti-Pobreza

**No limiar da pobreza:**  
emprego e desemprego na União Europeia

REAPN  
2006

## **Ficha Técnica**

### **Título**

No limiar da pobreza: emprego e desemprego na União Europeia

### **Edição em Português**

REAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal

Rua de Costa Cabral, 2368

4200-218 Porto

Tel: 225 420 800 | Fax: 225 403 250

E-mail: geral@reapn.org | www.reapn.org

### **Título original**

Voices from the poverty line: jobs and unemployment in the EU

### **Edição**

EAPN – European Anti-Poverty Network

Rue du Congrès 37- 41

B-1000 Bruxelles

www.eapn.org

### **Tradução**

Armandina Heleno

### **Tiragem**

500 Exemplares

### **Data de Edição**

2006

**Depósito Legal** 246736/06

**ISBN** 10: 972-99369-3-5

**ISBN** 13: 978-972-99369-3-7

### **Paginação, Impressão e Acabamento**

Empresa Diário do Porto, Lda.

*Esta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma, ou qualquer processo, electrónico, mecânico ou fotográfico, incluindo fotocópia, xerocópia, e-mail desde que seja citada a fonte e os respectivos autores.*

## Nota editorial

A publicação deste livro em português surge como uma opção estratégica da REAPN, que se prende com a necessidade de, por um lado, combater os estereótipos negativos sobre a pobreza e construir uma imagem positiva sobre as pessoas que enfrentam tais situações e, por outro lado, sensibilizar o cidadão comum e as instâncias decisoras para o problema da pobreza e exclusão social a nível nacional.

Esta publicação retrata a vivência de cidadãos europeus que, de uma forma ou de outra, enfrentam situações de pobreza e exclusão social provocadas pela falência, desadequação, falta de resposta das políticas de emprego e das políticas sociais na Europa.

Vivemos presentemente um momento muito especial em que, num contexto muito difícil (globalização, desemprego, deslocalização de empresas, reestruturação ao nível dos sistemas de protecção social, desequilíbrios demográficos) se procuram novas formas de articular dois pilares fundamentais das nossas democracias políticas. São eles, o crescimento económico e justiça social. A União Europeia tem por isso, um papel importante na redefinição do Modelo Social Europeu, de forma a tornar a Europa Social economicamente sustentável a médio prazo, no respeito integral pelos direitos sociais historicamente adquiridos numa União, agora a 25.

A REAPN ao editar este livro, e numa altura em que se comemora o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza (17 de Outubro), pretende alertar para a importância crescente das políticas de emprego e das políticas de protecção social. Nos dias de hoje, ter um emprego pode não significar estar fora do grupo de cidadãos e cidadãs que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Veja-se, o elevado número de chamados “trabalhadores pobres” em Portugal e no contexto da União Europeia. Por outro lado, os níveis de desemprego são igualmente alarmantes no contexto nacional e europeu, o que nos leva a pensar que é preciso caminhar para uma sociedade que não se esquece destas pessoas e que se preocupa em encontrar uma solução para os seus problemas, pela via do emprego, da formação, da protecção social.

## Agradecimentos

Esta publicação surge no âmbito da *Task Force* do Emprego da Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN). As entrevistas foram realizadas por oito redes nacionais, tendo o Secretariado da EAPN sido responsável, pela coordenação da edição.

Em primeiro lugar gostaríamos de agradecer aos oito intervenientes que, ao contarem as suas histórias de vida tornaram possível a realização deste projecto. Alguns deles expressaram o desejo para que não fossem utilizados os seus verdadeiros nomes. Assim tivemos os testemunhos de: Anja (Dinamarca), Ferry (Suécia), Frédéric (França), George (Malta), Joanne (Reino Unido), Julian (Bulgária), Maria (Portugal) e Rose (Irlanda).

As entrevistas foram realizadas pelas seguintes pessoas das oito redes nacionais:

### **Bulgária:**

Maria Sotirova e Dobrinka Kostova

### **Dinamarca**

Ole Meldgaard e Karin Larsen

### **França**

Patrick Boulte

### **Irlanda**

Paul Ginnell

### **Malta**

Christine Grixti e Godfrey Kenely

### **Portugal**

Fernando Martinho

### **Suécia**

Johannes Jorgensen

### **Reino Unido**

Colin Hampton

Gostaríamos de agradecer igualmente a Nikolaus G. Van der Pas, Director-Geral para o Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades, da Comissão Europeia, e a Ronald Janssen, da Confederação Europeia dos Sindicatos, pelos seus importantes contributos.

Ainda um agradecimento a Jill Evans e Jeff Notts, de *Behind the Scenes*, pela qualidade da transcrição das entrevistas, a Colin Hampton (Reino Unido) e a Andreas Hutter, Coordenador da *Task Force* do Emprego, pelo seu apoio no desenvolvimento do projecto. Finalmente, um agradecimento especial ao Secretariado da EAPN nas pessoas de Claire Champeix, Sian Jones e Fintan Farrell por todo o trabalho de coordenação e a Coralie Flemal, pelo apoio administrativo.

# Índice

## Introdução

### Histórias de vida: oito testemunhos vindos da União Europeia

Ainda não sou velho para deixar de trabalhar!

*George*

Deficiência, discriminação e pobreza

*Rose*

Trabalho: um direito! A luta de um refugiado político pela sua dignidade

*Ferry*

A redução das prestações sociais leva à pobreza

*Anja*

A vida difícil de uma mulher trabalhadora

*Maria*

Sem terra... nem trabalho!

*Julian*

Feliz Natal! Vamos suprimir a sua prestação!

*Joanne*

O percurso de volta ao trabalho

*Frédéric*

### A resposta da Comissão Europeia

### O parecer da Confederação Europeia de Sindicatos (ETUC)

### Conclusões e Recomendações da EAPN

## Introdução

A Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN) é uma rede independente que representa 21 redes nacionais e 26 organizações europeias envolvidas na luta contra a pobreza e a exclusão social no seio da União Europeia. Um dos aspectos deste combate consiste em assegurar o desenvolvimento das competências das pessoas em situação de pobreza, tornando possível a expressão directa das suas preocupações, necessidades, esperanças e desejos. Esta publicação visa apoiar este processo, sendo dedicada às oito pessoas que tornaram possível a sua edição (Anja, Ferry, Frédéric, George, Rose, Joanne, Julian e Maria), assim como às organizações não governamentais (ONG's) e às redes nacionais da EAPN que as apoiam.

A União Europeia enfrenta, actualmente, uma crise de credibilidade e uma falta de rumo, procurando avidamente uma resposta para os desafios da construção de uma Europa que corresponda, simultaneamente, às necessidades dos seus cidadãos e dos governos. A Estratégia de Lisboa inicial, adoptada no Conselho Europeu de Lisboa, em 2000, incorporava uma visão social e económica integrada que visava "tornar a União Europeia na economia do conhecimento mais competitiva e mais dinâmica do mundo, capaz de criar mais e melhores empregos e maior coesão social". Em Março de 2005, o Conselho da Primavera recentrou estas prioridades e cedeu o lugar de honra ao "crescimento e emprego", como condição necessária à coesão social e à sustentabilidade ambiental. A EAPN acredita que esta teria sido uma excelente oportunidade para re-estabelecer um Modelo Social Europeu onde a visão económica estaria ao serviço da construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável, e onde é atribuída igual importância aos pilares social, económico e ambiental.

A EAPN está particularmente preocupada com as implicações que uma abordagem limitada, em torno do crescimento e emprego, poderá ter para os 72 milhões de pessoas em risco de pobreza e para os 18 milhões de desempregados que vivem na União Europeia alargada a 25 Estados Membros.

Como é que a Estratégia de Lisboa renovada cumprirá as promessas com vista a produzir um impacto decisivo na erradicação da pobreza, até 2010? Em que medida o novo processo de Lisboa será articulado com o novo Método Aberto de Coordenação racionalizado aplicado à Protecção Social e à Inclusão Social? A falha em conseguir tal desígnio seria, não apenas, sinónimo de "crime de desperdício" de recursos humanos que a Europa tanto necessita para se desenvolver e prosperar, mas defraudaria também as esperanças e expectativas dos pobres e excluídos, assim como de milhões de cidadãos e residentes na União Europeia que querem fazer parte de uma Europa Social dinâmica, que se preocupa com os cidadãos mais vulneráveis.

A publicação deste livro acontece no momento em que se começam a conhecer os primeiros resultados da implementação da Estratégia de Lisboa renovada e centra-se sobretudo nas consequências de algumas dessas políticas nas vidas de homens e mulheres da União Europeia alargada. Oito redes nacionais da Rede

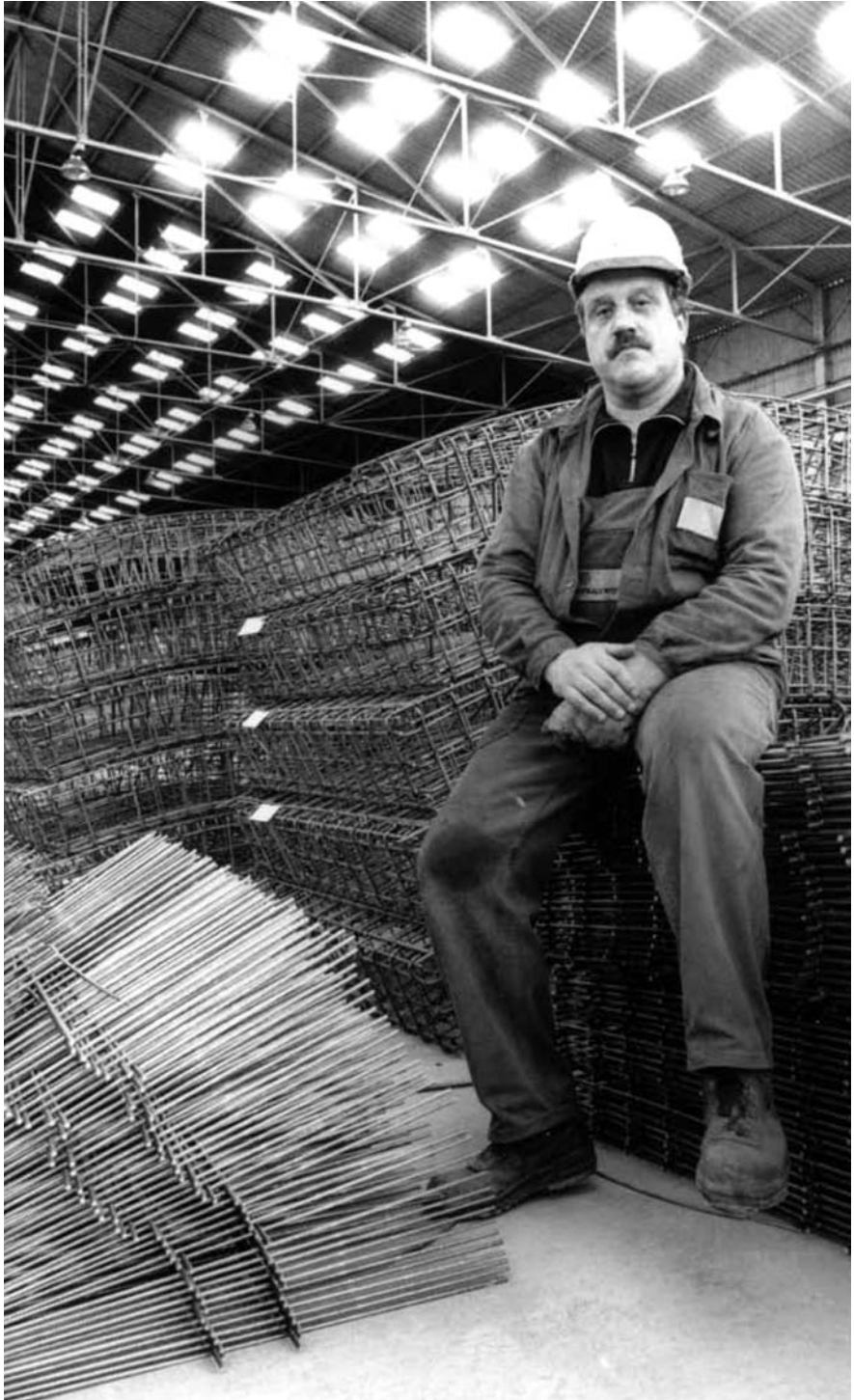
Europeia Anti-Pobreza entrevistaram pessoas com quem têm trabalhado regularmente. Algumas delas têm um emprego, outras estão desempregadas e outras nunca conseguiram entrar no mercado de trabalho. Todas estas pessoas têm vivido no limiar da pobreza e experienciam directamente o impacto das estratégias adoptadas pelos Estados Membros para promover o emprego e o crescimento. Elas representam uma pequena amostra de como a Europa está, ou não, a funcionar para as pessoas mais vulneráveis que, hoje, experienciam a pobreza e a exclusão social.

Fintan Farrel  
Director da EAPN





**Histórias de Vida:**  
Oito testemunhos vindos da União Europeia



# Ainda não sou velho para deixar de trabalhar!

## A história de George

---

*George tem pouco mais de cinquenta anos. É casado, tem dois filhos e é ele que traz para casa o sustento para a família. Em 2003 foi dispensado de um estaleiro naval em Malta.*

---

### **Despedimento - extinção do posto de trabalho**

O estaleiro naval onde George trabalhava fechou em 2003. George foi seleccionado para a pré-reforma devido ao facto de ter mais de cinquenta anos. Recebeu uma indemnização pela cessação do posto de trabalho no valor de 17.000€, ou seja, 1.000€, por cada ano de trabalho. Como tinha mais de cinquenta anos, não pôde beneficiar de um emprego alternativo. George considera que o critério usado pela Direcção para seleccionar as pessoas para o despedimento colectivo não foi justo.

*“Muita gente trabalhadora foi posta na rua”.*

### **A história de George**

George iniciou a sua carreira profissional nos Estaleiros Navais de Malta, em 1986. Deixou a pequena quinta do pai, acreditando que iria arranjar um emprego para o resto da vida. Adquiriu novas competências e experiência de trabalho, nomeadamente em matéria de isolamento, de painéis de parede e de instalação de sistemas de congelação. A cessação do seu posto de trabalho foi um choque que “lhe virou a vida de pernas para o ar”.

### **A recusa do subsídio de desemprego**

George inscreveu-se como desempregado no Centro de Emprego e Formação (*Employment and Training Cooperation - ETC*) e está disposto a aceitar qualquer tipo de trabalho. Entretanto, encontra-se fora do mercado de trabalho há um ano e meio e ainda não recebeu qualquer subsídio do Estado. O subsídio de desemprego foi-lhe recusado com base no argumento de ser proprietário de uma garagem, com espaço para dois carros, que foi avaliada em 25.000€.

## Procura activa de emprego

Um ano e meio de desemprego tem sido duro para George e para a sua família. O ETC colocou-o em contacto com cerca de 90 empresas, com postos de trabalho por preencher, mas, apesar de George se ter candidatado, não conseguiu nenhuma entrevista. Em muitos casos nem sequer recebeu uma carta a informá-lo que a vaga já tinha sido preenchida.

*“Quando se está desempregado e inseguro quanto ao futuro, uma resposta negativa é melhor do que nada”.*

George respondeu ainda a anúncios de emprego, publicados nos jornais, mas têm sido tentativas infrutíferas. Na altura o ETC não tinha nenhum programa especial para trabalhadores mais velhos, como era o caso de George e, conseqüentemente, não lhe foi proposto qualquer curso de formação.

## Demasiado velho para trabalhar?

Houve um empregador que lhe disse: “Já não está um pouco em sentido descendente?”. A isto George replicou que gozava de boa saúde e que tinha recentemente pintado a própria casa sem qualquer ajuda. Acrescentou ainda, que ele e quem lhe estava a fazer a entrevista deveriam ser mais ou menos da mesma idade.

## Tempos difíceis

George e a família viveram sob uma enorme tensão psicológica. Para sobreviverem, George teve que socorrer-se das suas economias e da indemnização que recebeu aquando da cessação do seu posto de trabalho.

*“É como se tudo o que consegui poupar durante os quarenta anos em que trabalhei tivesse desaparecido num instante. Sem a ajuda da minha mulher e da minha família também eu teria desaparecido”.*

O casamento da filha veio ainda aumentar os problemas financeiros de George. Na cultura maltesa, o casamento é um evento muito dispendioso que é da responsabilidade do pai da noiva.

## O presente

George está actualmente a trabalhar em *part-time* numa empresa privada, a fazer serviços de manutenção. O seu salário é de apenas 110€ (líquidos) por semana – um terço do que ganhava quando trabalhava no Estaleiro Naval (em Malta o salário mínimo de um emprego a tempo inteiro é de 144€ por semana). Mas apesar de tudo, George está satisfeito. Um emprego a tempo parcial dá-lhe mais flexibilidade e não tem a pressão de uma supervisão constante. Apesar disto, se lhe oferecessem um emprego a tempo inteiro, aceitaria sem hesitar.

*“O ambiente familiar é muito mais alegre e sinto que nos tornámos uma família mais forte devido às dificuldades que tivemos que enfrentar juntos. O dinheiro não é tudo, mas é importante... e pelo menos agora tenho algum rendimento”.*

## Contexto nacional

### Os Estaleiros Navais em Malta

Durante o período colonial britânico (do séc. XIX até 1979), os estaleiros navais constituíam a principal indústria, empregando um elevado número de trabalhadores. Em Malta, a indústria da construção naval foi criada nos anos 70, durante o governo socialista, como uma forma de criar empregos. Este sector tornou-se cada vez mais inviável. Em 2003, pouco antes da adesão à União Europeia, as empresas *Malta Drydocks* e *Malta Shipbuilding* foram dissolvidas: 1700 trabalhadores, de um número inicial de 2600, receberam propostas de empregos alternativos, tendo os restantes 900 assalariados sido confrontados com um futuro incerto. Destes últimos, 418 entraram no regime da pré-reforma, enquanto que os outros foram absorvidos por uma nova empresa.

### Crise para os trabalhadores mais velhos

A história de vida de George ilustra bem os problemas que os trabalhadores têm de enfrentar quando atingem os cinquenta anos. Em Malta, a reestruturação das indústrias tradicionais fez com que numerosos trabalhadores mais velhos tivessem sido dispensados, sobretudo homens. A dissolução da *Malta Shipbuilding* deu-se antes dos programas de financiamento da UE, especificamente dirigidos aos trabalhadores mais idosos, terem sido introduzidos. Muitos homens como o George, que pensavam ter um emprego seguro até à idade da reforma, viram-se “encurralados” e sem trabalho. Alguns passaram ao lado da rede de segurança dos subsídios de apoio e foram apanhados nas “malhas” da pobreza.

Malta tem uma das taxas mais baixas para trabalhadores com mais de 50 anos (55-64).

#### Taxa de Emprego acima dos 50 anos

Malta - 52.1%

Média da UE - 57.9%

#### Taxa de Actividade acima dos 50 anos

Malta - 31.7%

Média da UE - 43.9%

#### Idade Média para a reforma

Malta - 58.8%

Média da UE - 61.4%

Em 2005 a Employment and Training Corporation (ETC) introduziu um programa especial para os desempregados com mais de 40 anos. Este programa é inteiramente financiado pela União Europeia e tem evidenciado resultados muito positivos.

## Principais preocupações

- **Avaliação do impacto do despedimento sobre os trabalhadores mais velhos, devido a reestruturação ou extinção dos postos de trabalho**

É necessário avaliar de forma mais rigorosa as implicações a longo prazo, do encerramento de empresas e do despedimento devido à extinção ou reorganização dos postos de trabalho, especialmente junto dos trabalhadores mais idosos. Gestores e sindicatos devem trabalhar conjuntamente no sentido de ajudarem cada trabalhador a preparar-se para estas mudanças difíceis.

- **Necessidade da existência de serviços de apoio personalizados**

O stress psicológico em que George viveu, mostra que os trabalhadores mais velhos deveriam beneficiar de um apoio e de uma formação individualizada, tanto antes, como depois do encerramento das empresas onde trabalhavam.

- **Combater os preconceitos e a discriminação com base na idade**

Os Centros de Emprego deveriam insistir, junto dos empregadores que recorrem aos seus serviços, para que não utilizem práticas discriminatórias relativamente aos trabalhadores mais velhos, e que usem a cortesia na resposta às suas cartas de candidatura.

- **Rever as regras demasiado rígidas para a atribuição de prestações**

George não teve direito ao subsídio de desemprego porque era proprietário de uma garagem que foi considerada como “propriedade não adjacente à sua casa”. O valor da garagem foi tido em conta na análise dos rendimentos do George, ultrapassando assim o limite estabelecido (25.000€). Mas, a posse de uma garagem não compensa de forma alguma um rendimento regular.

- **Flexibilidade e segurança**

George conseguiu, aparentemente, uma certa estabilidade. Mas por quanto tempo? Como trabalhador a tempo parcial ganha menos e beneficia de uma segurança de trabalho limitada. Tem ainda um filho para criar e à medida que ele e a mulher envelhecem as suas necessidades financeiras aumentaram.

- **Financiamento adequado para as ONG's**

George recebeu apoio de uma organização não governamental que trabalha no domínio da exclusão social e que funciona com a ajuda de voluntários. Esta Organização está em constante procura de financiamento, uma vez que não recebe qualquer ajuda financeira, de forma regular, de nenhum organismo. Uma

lei relativa às ONG's (há muito desejada) permitiria que estas se candidatassem directamente a financiamentos, em vez de o fazerem através de agências governamentais.

- **Serviços de proximidade integrados**

Um seminário apoiado pela Comissão Europeia, sobre o desenvolvimento do emprego local, que decorreu em Malta em 26 de Junho de 2005, enfatizou a necessidade de uma melhor cooperação entre os organismos públicos, as ONG's, as autarquias e outros actores, a nível local (no caso de Malta ao nível das aldeias) e não apenas ao nível do governo central.

EAPN Malta



### Facial Expressions - Analysis

When a person's face is shown in a neutral state, it is often referred to as a "resting face".

**Facial Expression: Neutral**  
The subject's face is shown in a neutral state, with no visible expression.

**Facial Expression: "Rest"**  
When the subject's face is shown in a neutral state, it is often referred to as a "resting face".

**Facial Expression: "Surprise"**  
The subject's face is shown in a state of surprise, with wide eyes and an open mouth.

**Facial Expression: "Surprise"**  
When the subject's face is shown in a state of surprise, it is often referred to as a "surprised face".

**Facial Expression: "Sadness"**  
The subject's face is shown in a state of sadness, with downturned lips and a furrowed brow.

**Facial Expression: "Sadness"**  
When the subject's face is shown in a state of sadness, it is often referred to as a "sad face".

**Facial Expression: "Anger"**  
The subject's face is shown in a state of anger, with a furrowed brow and a tight mouth.

**Facial Expression: "Anger"**  
When the subject's face is shown in a state of anger, it is often referred to as an "angry face".

**Facial Expression: "Disgust"**  
The subject's face is shown in a state of disgust, with a wrinkled nose and a downturned mouth.

**Facial Expression: "Disgust"**  
When the subject's face is shown in a state of disgust, it is often referred to as a "disgusted face".

**Facial Expression: "Fear"**  
The subject's face is shown in a state of fear, with wide eyes and a wide-open mouth.

**Facial Expression: "Fear"**  
When the subject's face is shown in a state of fear, it is often referred to as a "fearful face".



# Deficiência, discriminação e pobreza

## A história de Rose

---

*Rose tem 26 anos e possui competências ao nível da gestão administrativa. Vive com os pais e gostaria ter a sua própria casa e partilhar esse espaço com o namorado. Rose tem uma deficiência auditiva e não consegue arranjar emprego!*

---

### **O percurso de Rose**

Rose vive nos arredores de Dublin (na Irlanda), em Tallaght, subúrbio onde persistem numerosas bolsas de pobreza e situações de vulnerabilidade social. Deixou a escola aos 18 anos depois de passar o exame do nível secundário superior – via profissional, denominado *Leaving Certificate Applied*.

### **Formação**

Depois de ter finalizado o secundário, Rose decidiu prosseguir a sua formação. Iniciou o curso da Fundação das Competências Profissionais, no Instituto Nacional de Formação e Desenvolvimento (actualmente denominado Rede Nacional de Aprendizagem), organização nacional de formação com forte implantação no país. Primeiro frequentou um curso de orientação vocacional, destinado a pessoas que não têm a certeza do que gostariam de fazer. Os conteúdos abordados davam uma panorâmica geral de todas as matérias ministradas pelo Centro, incluindo alfabetização, competências sociais, auto-estima e competências na área da informática.

### **Mais formação...**

A partir da apresentação dos diferentes cursos possíveis, Rose optou por um curso de dois anos em gestão administrativa. A sua intenção era adquirir as competências necessárias para trabalhar num ambiente de escritório. Adquiriu novos conhecimentos ao nível da informática, da recepção, do contacto com clientes e gestão de stocks. No final do curso recebeu o Certificado de Competências Informáticas Europeu (CEIE), uma qualificação reconhecida por todos os Estados Membros da União Europeia.

### **Ainda mais formação...**

Rose continuou a sua formação, fazendo um curso de dois anos e, em 2003, recebeu o certificado de Estudos Comerciais, reconhecido a nível nacional.

## **Prestações sociais**

Durante os diversos cursos de formação que fez, Rose beneficiou de uma prestação social (equiparada ao subsídio de desemprego) de 45€ mais 12,75€. Durante este período dependeu do apoio financeiro dos pais. Três anos mais tarde solicitou, e obteve, uma prestação de invalidez de 124,80€, com base na deficiência auditiva que possuía. Com a integração transversal – *mainstreaming* – dos serviços dirigidos às pessoas com deficiência, Rose conseguiu, pouco tempo depois, um suplemento de 34€ por semana.

## **À procura de emprego**

Seis meses antes de terminar os estudos (em 2003) Rose começou a enviar currículos e a contactar empresas, mas sem qualquer sucesso. Continuou desempregada mesmo depois de ter acabado os estudos. Na altura, Rose vivia com uma prestação de invalidez de 134,80€ por semana.

## **Emprego de proximidade**

Um dia, quando Rose se encontrava no centro de emprego da sua área de residência – Foras Aiseanna Saothair (FAS) – viu uma oferta de emprego para chefe de escritório num Programa de Emprego de Proximidade, no Centro para Desempregados de Tallaght. Rose procurou saber se reunia os requisitos necessários para se candidatar ao lugar. Uma vez que preenchia os requisitos pedidos, candidatou-se ao lugar, tendo sido chamada para uma entrevista. Uma semana depois foi contactada para lhe darem conhecimento que tinha sido seleccionada. Decorridos dois anos, Rose tem trabalhado ao abrigo deste Programa, sendo responsável pela parte administrativa e pela contabilidade.

*“Adquiri uma enorme experiência com o trabalho que tenho vindo a desenvolver no âmbito do Programa de Emprego de Proximidade”.*

Desde que trabalha no Programa de Emprego de Proximidade, a sua pensão de invalidez está ligada aos seus rendimentos. Recebe 269,50€ por semana, incluindo a pensão, o que lhe parece pouco, quando comparado com o salário mínimo (que actualmente se situa nos 7,65€ por hora).

## **Os custos da deficiência**

Rose dispõe de um «cartão de saúde» que lhe permite ter acesso gratuito à maior parte dos serviços de saúde. Contudo, este cartão não cobre todos os custos dos equipamentos ou aparelhos técnicos que uma pessoa com deficiência necessita para poder trabalhar.

*“O aparelho auditivo a que tenho acesso através do meu cartão de saúde, não é o mais indicado para um ambiente de trabalho. Tenho que cobrir o custo extra com o meu baixo rendimento”.*

## Discriminação

Decorridos oito meses, Rose continua à procura de um emprego a tempo inteiro na área administrativa. Durante este período passou já por duas dezenas de entrevistas sem sucesso. Tem sido muito difícil. Foi-lhe entretanto proposto um terceiro ano (que obrigatoriamente terá que ser o último) no âmbito do Programa de Emprego de Proximidade. Iniciou também um novo curso que lhe permitirá tornar-se técnica de contabilidade. Rose vai somando qualificações e experiência sem, no entanto, conseguir arranjar um verdadeiro emprego.

*“Os empregadores não querem contratar uma pessoa com deficiência, porque acham que o tempo necessário à sua formação e realização de tarefas será mais longo do que para uma pessoa normal. Frequentei numerosas formações na área administrativa e de contabilidade e sei utilizar perfeitamente o meu computador. Possuo as habilitações necessárias e os meus certificados são passados por organismos reconhecidos. Tenho ainda dois anos de experiência na área administrativa. Já me candidatei a numerosos empregos e fui chamada para dezenas de entrevistas. No entanto, continuo sem arranjar emprego e a ser rejeitada pelos empregadores. Tenho a impressão que não me querem empregar por causa da minha deficiência auditiva. Isto não é justo! Eu posso realizar as mesmas tarefas que qualquer outra pessoa..., o que estou a ganhar actualmente não permite ter um nível de vida decente”.*

Rose sente-se muito frustrada com a situação em que se encontra. O facto de não ser capaz de arranjar emprego tem grandes consequências em todos os aspectos da sua vida e, uma delas, é continuar a viver com os pais e não poder comprar a sua própria casa.

*“Com 26 anos não posso assumir um compromisso mais sério com o meu namorado porque não tenho um emprego a tempo inteiro. Os bancos não nos consideram como um casal, para efeitos de empréstimo para comprar uma casa. Estou com o meu namorado há quatro anos. Às vezes penso que ele poderá querer acabar com a relação por causa de tudo isto. A sociedade não me conhece, não se preocupa com o meu nível de vida e os efeitos que isto pode ter no meu bem-estar. Penso que há outras faces da pobreza que devem ser tidas em conta. Em casa temos analisado o nosso problema de todos os ângulos e não parece haver, presentemente, uma solução”.*

## Contexto nacional

**FÁS (Foras Aiseanna Saothair)** é uma entidade nacional da Irlanda na área do emprego e da formação que, no âmbito dos Planos Nacionais de Acção para o Emprego, é responsável pela implementação de medidas activas para o mercado de trabalho, incluindo os Regimes de Emprego de Proximidade.

O **Programa de Emprego de Proximidade** é uma medida activa de emprego. Os participantes arranjam emprego ou fazem formação (uma média de 19,5 horas por semana) especialmente em associações ou organizações locais e de proximidade. Verifica-se um enfoque crescente na formação e no desenvolvimento pessoal. Os formandos recebem uma prestação cujo montante se situa um pouco acima do valor atribuído ao subsídio de desemprego, podendo manter uma parte das suas prestações suplementares (pensões de invalidez por exemplo, subsídios para famílias monoparentais, etc.). Os participantes no Programa devem, geralmente, ter mais de 25 anos e estarem desempregados há mais de 12 meses, de forma a poderem beneficiar desta medida. Certas pessoas, incluindo os que recebem pensões de invalidez, são elegíveis a partir dos 18. Os lugares são atribuídos por um ano, podendo ser prolongados por um período máximo de três anos. As pessoas com mais de 55 anos podem ficar mais três anos (num máximo de seis).

Actualmente, o governo dispõe de um conjunto de programas e apoios para pessoas com deficiência, principalmente geridos pelo FÁS. A maior parte visam formar os empregadores em questões na área da deficiência, disponibilizar financiamentos para adaptação dos locais de trabalho e outros incentivos para compensar níveis produtivos mais baixos, para formadores, etc. O FÁS reconhece que os empregadores estão pouco sensibilizados para a questão da igualdade de oportunidades. A função pública tem também uma quota de 3% para recrutamento de pessoas com deficiência, embora haja opiniões contraditórias quanto ao sucesso desta iniciativa. O percurso do acesso ao emprego das pessoas com deficiência tem ainda muitas barreiras, forçando-as a viver na pobreza.

## Principais preocupações

- **Deficiência e pobreza**

As estatísticas mostram que Rose não é um caso isolado. Enquanto que a taxa de emprego da Irlanda é actualmente de 67,1%, apenas 40% das pessoas que sofrem de uma doença crónica ou deficiência têm emprego. As restantes estão geralmente recenseadas como estando fora do mercado de trabalho e não como desempregadas, ou seja, não são consideradas como estando em procura activa de emprego. 4,7% da população vive em privação e 21,9% está em risco de pobreza. Nos agregados familiares onde uma pessoa, com doença ou deficiência não trabalha, estas taxas rondam os 22,5% para pessoas que vivem em privação e 66,5% estão em risco de pobreza.

- **Discriminação com base na deficiência**

A lei irlandesa sobre a igualdade no trabalho refere as pessoas com deficiência como um dos nove grupos contra os quais a discriminação é proibida. Porém a legislação depende do facto de um indivíduo accionar um processo contra um

empregador e este ter que provar que não houve qualquer prática discriminatória. A principal lacuna da legislação irlandesa reside no facto de não obrigar os empregadores a implementarem medidas e práticas que visem a promoção da igualdade. A revisão da legislação deveria incluir uma obrigação sobre os empregadores de todos os sectores (público, privado, associativo, etc.) a demonstrarem como estão a promover a igualdade, através de medidas preventivas. O FÁS deveria rever o seu apoio às pessoas com deficiência, de forma a garantir que estas atinjam os seus objectivos.

- **Prestações sociais e deficiência**

É necessária uma reavaliação de todas as prestações sociais, incluindo os subsídios suplementares, para garantir que o seu montante é suficiente para que as pessoas que delas dependem possam ter uma vida digna, e que as modalidades da sua supressão não “empurrem” as pessoas para a pobreza. Isto deveria incluir um enfoque específico em todos os apoios e prestações relacionados com a deficiência, devendo ter em conta os “custos da deficiência”. A manutenção integral do Cartão de Saúde é de particular importância para as pessoas com deficiência.

- **Complexidade do sistema irlandês de Protecção Social**

Existe uma necessidade premente de simplificar o sistema de protecção social para que as pessoas, ao passarem do desemprego ou de programas de activação para o mercado de trabalho, o façam com base em escolhas informadas e de forma a evitarem a “armadilha” da pobreza.

EAPN Irlanda



# Trabalho, um direito! A luta de um refugiado político pela sua dignidade

## A história de Ferry

---

*Ferry foi Assistente na Universidade, no Irão. Fugiu à perseguição procurando asilo na Suécia.*

---

### **A fuga do Irão**

Ferry e a sua esposa fugiram à perseguição iraniana em 1999. Não conseguiram obter passaportes e chegaram à Suécia clandestinamente. A viagem demorou um mês, em condições muito difíceis.

*“Os refugiados políticos enfrentam dificuldades muito específicas. A maior parte de nós encontra-se, infelizmente, sem emprego. Temos diferentes backgrounds culturais. Fugimos do nosso país porque a situação estava a tornar-se demasiado difícil, num cenário completamente caótico”.*

*“Para nós é difícil a nível económico e psicológico. Pensamos e reagimos de forma diferente daqueles que têm um emprego e, a pouco e pouco, vamos perdendo ‘as rédeas’ das nossas vidas”.*

### **A passagem por um campo de refugiados**

Ferry e a sua mulher requereram asilo político, tendo sido enviados para um centro de acolhimento para refugiados. Receberam uma brochura em língua persa com informação sobre os seus direitos e obrigações enquanto requerentes de asilo. Entre estes direitos era referido que se o processo de pedido de asilo demorasse mais do que quatro meses, podiam procurar emprego no mercado de trabalho aberto. Ferry manifestou vontade de aprender sueco. Depois de várias semanas de espera, pôde finalmente frequentar as aulas durante as manhãs. Paralelamente à aprendizagem da língua sueca, Ferry começou a ajudar o director da escola em traduções de francês para persa.

### **À procura de trabalho**

Decorridos três meses, a ideia de procurar um emprego começou a germinar no espírito de Ferry.

*“Disse à minha professora de sueco que gostaria de dar aulas de francês. Ela disponibilizou-se para falar a uma amiga que trabalhava numa organização onde eram leccionados cursos para adultos. Depois de combinado, fomos juntos ao local de trabalho da amiga.”*

Após o encontro, estavam dispostos a dar emprego a Ferry como professor de francês, mas era necessário seguir os trâmites administrativos com a directora do Centro de Acolhimento.

*“Foi no momento em que comecei a procurar emprego que os meus problemas com a directora do Centro começaram. Disse-lhe que tinha encontrado emprego. Senti que tinha ficado pouco entusiasmada com a ideia. Telefonou à pessoa responsável por arranjar ocupações para os refugiados. Em conjunto propuseram-me um trabalho no abate de árvores. Era um emprego a tempo inteiro. A directora disse: ‘dá-lhe a roupa e o equipamento adequado para trabalhar na floresta’. Perante esta proposta, perguntei-lhe porque é que queria que eu fizesse aquele trabalho. Respondeu-me que, já que eu queria trabalhar aquela deveria ser a minha ocupação. Interroguei-me por que razão é que ela me tinha dito aquilo. Porque é que eu deveria trabalhar na floresta quando tinha a possibilidade de ter outro tipo de emprego? Eu não tinha a robustez necessária para fazer o trabalho na floresta. Eu queria trabalhar com o meu cérebro, queria um trabalho intelectual. Consegui arranjar um emprego por iniciativa própria, porque razão é que ela não estava satisfeita com isso?”*

A directora do Centro disse a Ferry que o único trabalho que ele poderia fazer era na floresta. Foi então que ele lhe mostrou a brochura sobre os direitos dos requerentes de asilo, mas em vão. Ferry decidiu falar sobre os seus problemas com a professora de sueco.

*“A minha professora de sueco explicou-me que a directora do Centro não gostava de estrangeiros e de iranianos em particular”.*

Ferry decidiu lutar pelo seu direito a um trabalho adequado. Foi à escola que lhe tinha oferecido emprego. Na escola ficaram muito desapontados. Disseram-lhe que a directora do Centro os tinha avisado para não lhe dar emprego.

*“Voltei para o Centro e tentei falar com a directora. Foi então que algo de estranho se passou: antes, quando precisava da minha ajuda para comunicar com os iranianos recém-chegados, ela compreendia perfeitamente o meu inglês; mas, quando lhe quis falar sobre o meu emprego, alegou que não estava a entender o que eu lhe estava dizer.”*

Em seguida, Ferry levou o problema à directora da escola situada no Centro de Acolhimento. Esta, por sua vez, explicou o caso de Ferry ao marido, que trabalhava para a Câmara. Ferry teve uma reunião com os funcionários de Câmara Municipal e explicou-lhes que



tinha leccionado francês numa universidade iraniana. No final do encontro, ofereceram-lhe emprego como professor na escola do Centro de Acolhimento. Depois de algum tempo, Ferry pôde trabalhar nas mesmas condições que todos os outros professores.

### **Recusa do pedido de asilo**

Cerca de um ano mais tarde, Ferry e a sua mulher foram informados que o seu pedido de asilo tinha sido rejeitado. Apelaram contra esta decisão e deixaram o Centro de Acolhimento para procurar um emprego melhor numa cidade grande. Foi assim que chegaram a Malmö. Aqui, fizeram amigos com pessoas da igreja perto da sua casa e estabeleceram contacto com a organização cultural irano-sueca. O pastor da igreja deu a Ferry alguns trabalhos.

### **Viver na clandestinidade**

O seu pedido de asilo político foi de novo rejeitado. Para evitar o repatriamento para o Irão, Ferry e a mulher entraram numa situação de clandestinidade.

*“Todas as minhas esperanças de trabalhar mais horas por semana caíram por terra. Pensei que poderia trabalhar mais algumas horas na paróquia quando obtivesse o asilo político. O meu sonho desmoronou-se como um castelo.”*

### **Três anos mais tarde**

Ferry e a mulher conseguiram sobreviver graças à ajuda de diversas associações que trabalham com refugiados que vivem na clandestinidade. Graças a uma destas instituições, Ferry arranjou um novo advogado, pago pela própria associação, e finalmente, depois de três anos, foi-lhes concedido asilo político. A experiência destes três anos tornaram impossível que Ferry pudesse trabalhar ou estudar.

### **Hoje**

Ferry participa numa parceria de desenvolvimento denominada: “Acção global: uma forma de grupos excluídos terem acesso à formação, educação e ao mercado de trabalho”. O objectivo desta parceria é encontrar novas formas de colaboração entre os sectores público, privado e associativo, para combater a exclusão no mercado de trabalho. Isto faz-se através de organizações de terreno ou que trabalham com os excluídos.

*“Actualmente trabalho na paróquia onde trabalhava antes e o pároco recebe uma compensação chamada ‘lönebidrag’, uma prestação para pessoas deficientes. Ainda não atingi o meu objectivo que é ser totalmente independente, a nível económico, das autoridades públicas. O trauma do passado ainda me faz sofrer e limita a minha capacidade para trabalhar. Mas, espero estar à altura de realizar um dia o meu objectivo, e de decidir livremente o rumo da minha vida”.*

## Contexto nacional

### Política de emprego da Suécia

A política sueca de emprego centra-se na diminuição do desemprego. Esta está estreitamente ligada aos esforços de implementar um clima propício à criação de novos empregos no mercado de trabalho normal. O seu objectivo a longo prazo é o pleno emprego. O governo multiplicou as iniciativas para permitir aos desempregados tomarem parte nas actividades, de adquirirem experiência de trabalho ou de seguirem diferentes programas de educação.

### Dois exemplos de medidas de promoção do emprego retiradas da história de vida de Ferry:

- **Refugiados políticos**

Os refugiados políticos têm o direito de procurar emprego se o processo de requerimento de asilo demorar mais do que quatro meses. Ferry foi informado deste direito no momento em que o requereu.

- **Subvenção salarial para as pessoas que possuem deficiência (*lönebidrag*)**

O empregador recebe uma compensação económica por empregar uma pessoa com algum tipo de incapacidade. O pároco para quem Ferry trabalha hoje recebe este subsídio. As condições que se aplicam ao trabalhador com um *handicap* são exactamente as mesmas que para qualquer outro assalariado. Esta compensação é negociada anualmente e pode prolongar-se por um período máximo de quatro anos.

## Principais preocupações

- **Combater a discriminação contra os refugiados**

Se em teoria os direitos e deveres parecem lógicos e adequados, é necessário pô-los em prática através de uma colaboração entre as autoridades e os requerentes de asilo. Estes últimos encontram-se numa situação de grande fragilidade. Quando os indivíduos estão sozinhos ficam demasiado vulneráveis. A história de Ferry mostra que o apoio das organizações não governamentais é fundamental, especialmente quando a discriminação e o racismo são uma evidência na nossa sociedade. O reforço das capacidades - *empowerment* - é um elemento essencial na luta contra a injustiça e a discriminação.

- **Acção positiva**

É necessário adaptar as políticas de acção positiva em função da situação de cada indivíduo. O caso de Ferry mostra que as ONG's podem dar um importante contributo, criando oportunidades de emprego num contexto onde o refugiado beneficia de diversas formas de apoio e de encorajamento.

- **O verdadeiro apoio de uma ONG que funciona bem**

A história de Ferry mostra o quanto os refugiados estão vulneráveis quando recém-chegados a um país. A legislação sueca reconhece aos imigrantes e aos requerentes de asilo, numerosos direitos. Mas para “compreenderem o sistema”, estes grupos necessitam de ajuda. O contacto com as autoridades públicas poderia ser claramente melhorado. É necessário ser complementado com apoio, especialmente do ponto de vista do utente.

- **Recursos para as ONG’s**

Ferry e a sua família são cristãos. A sua mulher é arménia. Esta igreja está representada na Suécia mas dispõe de poucos meios. Ferry teve a sorte de encontrar ‘amigos’ que o ajudaram. Há muita gente que não tem esta sorte. Deveria haver uma estratégia para envolver as ONG’s neste tipo de trabalho e estas organizações deveriam ser adequadamente financiadas para que possam realizar um bom trabalho.

- **Uma colaboração mais estreita**

A colaboração entre as autoridades públicas e as ONG’s necessita de ser reforçada.

- **Um diálogo genuíno**

Ferry contribui para o trabalho das ONG’s com as quais tem estado em contacto e que o ajudam. É um diálogo onde ambas as partes são actores. Esta contribuição é essencial para re-estabelecer a auto-confinança da pessoa que vivenciou a discriminação e a opressão. É igualmente essencial para o *empowerment* dos grupos ou indivíduos marginalizados criar uma sociedade integradora onde cada um pode encontrar o seu lugar.

EAPN Suécia



# A redução das prestações sociais leva à pobreza

## A história de Anja

---

*Anja tem 48 anos. É divorciada e mãe de dois filhos adultos que já não vivem com ela. Anja tem problemas de coluna, sofre de ansiedade e não tem um emprego permanente há mais de cinco anos. Anja vive na Dinamarca.*

---

### **Doença e desemprego**

Anja trabalhava numa loja de roupa quando começou a sofrer de problemas de coluna. Depois de estar de baixa médica durante um longo período, perdeu o emprego. Anja tinha um seguro de desemprego num fundo de desemprego de um sindicato. Este permitia-lhe viver o dia a dia. Na altura, o seu filho mais novo ainda vivia com ela e recebia uma ajuda suplementar para pagar a renda.

### **Os custos de uma casa**

Anja vive num apartamento com três quartos. Na Dinamarca, uma pessoa sozinha não pode beneficiar da ajuda máxima se vive num apartamento com mais de dois quartos. Em Copenhaga, a situação da habitação é muito complicada. Os apartamentos baratos já não são publicitados no mercado. Quanto ao preço da compra de um apartamento, este equivale à compra de uma casa no campo! Anja inscreveu-se para receber uma casa de habitação social porque não pode continuar a viver nesta situação.

### **Formação**

Anja frequentou numerosas formações e cursos profissionais em *design* e educação de adultos de forma a aumentar as suas hipóteses de encontrar emprego. O seu sindicato também a encaminhou para uma formação. Anja trabalhou muito neste projecto o que lhe permitiu arranjar emprego numa outra *boutique*. Porém, foi despedida ao fim de seis horas sem que lhe tenha sido dada uma explicação plausível.

## Problemas de saúde

Anja tem problemas de coluna que reduzem a sua capacidade pulmonar em um terço. Por outro lado tem um temperamento nervoso: tem ataques de pânico e ansiedade quando tem que enfrentar o mundo.

*“Sempre fui uma pessoa nervosa, mas quando era jovem isso nunca me impediu de encontrar ou manter um emprego”.*

## Problemas de dinheiro

Ao fim de 18 meses de formação, Anja já não tem direito à indemnização mensal do sindicato, que a direccionou para a assistência social. O seu rendimento baixou drasticamente. No primeiro mês teve apenas cerca de 100€ para viver, depois de pagar as despesas fixas (renda, electricidade, etc.) porque o funcionário da Segurança Social cometeu um erro. Anja dispõe agora de 228€ por mês. Na realidade recebe 1.221€ aos quais tem que deduzir 993€ que equivale ao montante das suas despesas mensais fixas. Anja tem que pagar as despesas de saúde, transporte e alimentação. As dificuldades económicas em que se encontra levam-na a depender do almoço gratuito e de roupas em segunda mão de uma instituição social (que tenta também melhorar-lhe a auto-estima). Com as prestações sociais iniciais Anja conseguia sobreviver. Mas estes subsídios foram reduzidos em 134€ devido ao facto de ter atingido “o tecto” nas prestações sociais, ao fim de seis meses. Esta redução tem como base a ideia de incitar os desempregados a procurarem emprego o mais rapidamente possível, tentando o estado providência travar as situações de subsídio-dependência.

*“A redução nas minhas prestações significa que eu agora não tenho dinheiro suficiente para comprar comida na última semana do mês. As minhas possibilidades económicas não me permitem ir aos tratamentos de fisioterapia, nem pagar o seguro, a televisão, o telefone, ir ao cabeleireiro, comprar roupas, sapatos, artigos de higiene pessoal como cosméticos ou desodorizante, transportes, comprar móveis ou pintar a casa. No quarto de banho, o chuveiro já não funciona, as lâmpadas de electricidade são demasiado caras e tenho necessidade de comprar um colchão novo por causa do meu problema de coluna”.*

No início de cada mês, Anja compra os bens alimentares, mas nada de legumes ou fruta. No final do mês compra apenas pão. Vai frequentemente a casa dos pais para ter uma refeição gratuita, o que ela considera humilhante. Também já lhes pediu dinheiro emprestado. Óculos novos, revistas, jornais estão completamente fora de questão. Não pode comprar vitaminas. Anja tem que ir ao dentista duas vezes por ano porque tem uma doença odontológica.

Anja tem também problemas com os filhos. Estes não compreendem a sua situação e perguntam-lhe porque é que ela não arranja um emprego. Eles não se dão conta

que a mãe está doente, que tem quase cinquenta anos e que possui baixas qualificações.

Anja tem um cão mas é a mãe que paga as consultas do veterinário. O cão come evidentemente o que existe de mais barato no mercado de comida canina e restos de comida.

*“Não me separo do meu cão!”*

No momento, a única preocupação de Anja é conseguir fazer face ao dia a dia. No seu discurso nem sequer menciona o facto de não poder convidar família ou amigos para jantar, ir ao cinema ou de férias. A última vez que teve convidados em casa foi no seu aniversário, mas cada um deles contribuiu com algo.

*“Não posso ter vida social. Perdi toda a minha auto-confiança porque todos os dias tenho que me preocupar com o amanhã”.*

## Contexto nacional e principais preocupações

### Fazer com que o trabalho compense (*making work pay*)

Os incentivos económicos fazem parte da política europeia de emprego que pressupõe que o trabalho seja compensador (*making work pay*). Esta estratégia está largamente difundida na Dinamarca. A ideia consiste em reduzir as prestações sociais de tal forma que o desempregado seja ‘forçado’ a procurar emprego, porque ganhará mais ao entrar no mercado de trabalho do que com prestações reduzidas. Os grupos mais vulneráveis e marginalizados são os que “pagam a factura mais elevada” desta estratégia. Toda a sua vida está extremamente dependente da assistência social. Os cortes nas prestações sociais afectam mais duramente os que se encontram na base da pirâmide de rendimentos. Os grupos mais desfavorecidos terão que enfrentar a pobreza. Com o nível de vida tão baixo, não podem participar na vida social normal. Para estes “fazer com que o trabalho seja compensador” é sinónimo de pobreza e de humilhação.

### Cortes nas prestações sociais

Os critérios para se ter direito à ajuda social tornaram-se mais rígidos. As prestações sociais têm vindo a ser reduzidas. Desde 2004 o montante total das prestações sociais e de habitação, que os desempregados podiam receber, sofreu uma redução. No final de seis meses, os montantes atribuídos aos beneficiários começam a ser sujeitos a um *plafon*, o que poderá significar uma diminuição entre 134€ e 362€ por família.

### Diminuição das prestações para imigrantes

“Primeira Ajuda” é uma prestação destinada a pessoas que não viveram na Dinamarca durante sete, dos últimos oito anos. Para uma pessoa só, esta prestação é 35% mais

baixa do que a prestação social normal, e isto para “encorajar” as pessoas a arranjam trabalho o mais rápido possível. Porém os estudos mostram que o sucesso na procura de emprego depende mais das qualificações, recursos, competências e das redes de conhecimentos do que da redução das prestações sociais.

### **Resultados da investigação**

Em 2005, o Instituto Real Dinamarquês da Investigação estudou os efeitos da utilização de *plafons* para as prestações sociais. Este estudo mostrou que o “tecto” nas prestações não tinha tido qualquer efeito no emprego das 18.000 famílias afectadas, por comparação com famílias não afectadas. O *plafon* não as incentivou para uma procura mais activa de emprego.

### **Quem sofre?**

Do conjunto das famílias afectadas pela aplicação de um montante máximo às prestações (*plafon*):

- Um número significativo tinha problemas sociais adicionais ao desemprego;
- Mais de 50% nunca tiveram um verdadeiro emprego;
- Apenas 10% tinha tido um emprego durante o último ano;
- 60% nunca tinha frequentado qualquer formação profissional;
- 75% eram imigrantes ou refugiados;
- Um terço tinha grandes dificuldades em compreender e falar o dinamarquês;
- Muitos tinham problemas de saúde.

### **O *plafon* nas prestações causa pobreza**

O único efeito evidente do corte nas prestações devido à fixação de um “tecto” foi reduzir as despesas dos consumidores. As pessoas afectadas por esta medida têm tido crescentes dificuldades em “juntar as duas pontas” (a do rendimento e a das despesas) para conseguirem sobreviver. Assim:

12%	deixaram de pagar a renda
6%	deixaram de pagar a guarda de crianças
12%	deixaram de pagar o empréstimo da compra de habitação
13%	deixaram de pagar a electricidade, água, gás e telefone
32%	não podiam comprar calçado
50%	deixaram de ir ao dentista
13%	mudaram para um apartamento mais barato
65%	não podem fazer férias





# A vida difícil de uma mulher trabalhadora

## A história de Maria

---

*Maria é portuguesa, tem 39 anos, é casada e tem uma filha. Maria tem tido muitos empregos - precários e mal remunerados - e sabe bem o que é estar desempregada. Como cabeça do casal é ela que traz o sustento para casa.*

---

Maria começou a trabalhar quando tinha onze anos numa plantação de floresta, na zona onde vivia com os pais. Mais tarde, trabalhou nas vindimas, numa exploração agrícola.

*“Tenho apenas a quarta classe. Sei que se tivesse estudado mais poderia ter um emprego melhor”.*

### **Trabalho precário**

Aos 20 anos conheceu o marido e casou-se. O trabalho na quinta era sazonal, ficando ambos desempregados durante o Inverno. Decidiram então mudar para Lisboa. Maria esperava trabalhar num supermercado e o marido na construção civil.

### **Problemas familiares**

Maria engravidou e deu à luz uma filha. Há já algum tempo que o casal tinha problemas e o nascimento da filha veio agravar a situação. Muito frequentemente, o marido não queria trabalhar e/ou não mantinha um emprego por muito tempo. Passava mais tempo sem trabalho do que a trabalhar e saltava constantemente de emprego para emprego. Devido a estas dificuldades, Maria confiou a filha de nove meses aos cuidados da avó que viva em Coimbra. A distância e a separação tornaram-se insuportáveis para Maria que não conseguia viver afastada da filha. Assim, Maria e o marido decidiram deixar Lisboa e ir viver para Coimbra, onde arranjou emprego numa empresa de limpezas. Mas, o salário era tão baixo, que mal dava para viver. Maria decidiu despedir-se.

Em seguida, arranjou emprego num restaurante onde trabalhou durante doze anos. A situação melhorou e contraiu um empréstimo para comprar uma casa. Foi

então que o marido ficou mais uma vez sem trabalho o que não lhes permitiu pagar a prestação mensal da casa. O banco tirou-lhes a casa por falta de pagamento. Maria e o marido vivem actualmente numa casa alugada.

*“O meu marido estava desempregado. O meu ordenado era pouco mais do que o salário mínimo nacional. Não conseguia comprar as coisas mais básicas. Uma vez paga a renda (150€ por mês), os transportes e a alimentação, não me sobra praticamente nada. A ajuda da minha família é que me tem valido para fazer face a esta situação”.*

### **O desemprego e começar de novo**

A situação de Maria agravou-se quando o pai adoeceu, complicando-se ainda mais quando perdeu o emprego. Pediu então ajuda à Segurança Social, tendo-lhe sido concedido o Rendimento Social de Inserção (RSI). Ao receber o RSI, Maria teve que seguir um programa de emprego e formação, tendo sido colocada na Câmara Municipal.

O programa de formação consistia em 250 horas de formação (no mínimo) e uma actividade de interesse social durante 12 meses, com a possibilidade de poder ser prolongada por mais seis meses.

A maior parte das pessoas que fizeram a formação com a Maria não encontraram emprego, mas ela teve sorte: conseguiu arranjar um emprego estável. A sua dedicação e a vontade de vencer na vida fizeram toda a diferença. Assim, desde 2001, Maria trabalha para a Câmara Municipal. A sua qualidade de vida melhorou, mas o seu rendimento familiar continua a ser baixo.

*“Tive vergonha de pedir ajuda e de ser uma beneficiária do Rendimento Mínimo. Sempre gostei de trabalhar e de me sentir útil”.*

### **Partilha de experiências**

Maria participou no 2º e 3º Encontro Europeu de Pessoas que vivem em Situação de Pobreza, que tiveram lugar em Bruxelas. Estas viagens foram as únicas oportunidades que Maria teve, até hoje, de viajar para o estrangeiro.

*“Foi uma experiência muito boa. Em Bruxelas encontrei pessoas na mesma situação que eu ou ainda pior. Havia pessoas que tinham chegado a dormir na rua. Se eu perdesse o meu emprego na Câmara poderia acontecer-me o mesmo”.*

## **Contexto nacional e principais preocupações**

### **• Desigualdades crescentes**

A globalização traduz-se na sociedade portuguesa, por crescentes desigualdades sociais e consequentemente, por um agravamento dos níveis de pobreza e de exclusão social.

- **Pobreza económica e social**

A pobreza não é apenas um problema económico. Esta é uma realidade complexa que envolve uma multiplicidade de factores: a desestruturação das famílias, a falta de qualificações, a dificuldade em encontrar trabalho, problemas de acesso à formação e mesmo dificuldades em participar na vida social e política do país. As pessoas que vivem abaixo de um certo nível de rendimento não podem ter um nível de vida normal e aceitável. Não podem ter acesso aos direitos sociais que lhes estão consagrados na lei.

- **De geração em geração**

Maria era muito nova quando começou a trabalhar na agricultura. A sua vida tem sido difícil desde o início. Estas dificuldades passam de geração para geração. Maria ainda não ganha o suficiente para cobrir as necessidades básicas.

- **A precariedade no trabalho**

Maria é uma mulher trabalhadora, esforçada e determinada a ter uma vida melhor. Mas ela tem que enfrentar as condições do trabalho precário, de salários baixos e a falta de qualificações.

- **Um ciclo vicioso**

A falta de formação e a pobreza formam um ciclo vicioso. As pessoas são pobres porque não podem investir na aquisição de competências e melhorar as suas capacidades. Os baixos níveis de educação e o desconhecimento dos direitos do cidadão fazem com que as pessoas se tornem mais vulneráveis face à pobreza e à exclusão social.

EAPN Portugal





# Sem terra... nem trabalho!

## A história de Julian

---

*Julian tem 35 anos. É casado e tem 3 filhos. Foi motorista, mas está desempregado há dois anos. É cigano e vive na Bulgária.*

---

Depois de terminar o serviço militar, Julian trabalhou como motorista. O seu salário era 62€. Com este dinheiro mal conseguia pagar as contas e os bens necessários para três crianças.

*“Eu quero dar aos meus filhos uma boa educação; sem educação não podem ter bons empregos”.*

### **Desemprego**

A situação agravou-se há dois anos atrás, quando Julian perdeu o emprego. Recebeu o subsídio de desemprego apenas durante 6 meses. Depois disso teve que pedir ajuda social junto da Câmara Municipal da sua área de residência, tendo-lhe sido atribuído um subsídio mensal de 21€ por mês.

*“Neste país, os preços são tão elevados como em outras partes da Europa, mas os salários e as prestações sociais são muito mais baixos. É difícil sentir-me europeu”.*

### **Olhando para o passado**

Julian está constantemente a comparar o passado, em que vigorava o regime socialista, e o presente.

*“É bom viver num país democrático, mas os salários são demasiado baixos para termos uma vida normal: poder pagar os livros das crianças, a sua alimentação, a escola. O pior é que muita gente ficou sem trabalho. No início da transição, as pessoas tinham reservas conseguidas durante a época do socialismo, mas já gastaram e venderam tudo e não lhes resta nada”.*

*“Estou disposto a limpar ruas se for necessário. Eu só quero ganhar o suficiente para poder ter uma vida normal”.*

## **Sem terra nem trabalho!**

Na aldeia onde Julian vive, as únicas pessoas que vivem bem são aquelas a quem lhes foram restituídas as terras. Esta devolução teve lugar no início dos anos 90. As pessoas recuperaram as terras que lhes tinham sido retiradas nos anos 50 com base na visão corporativista do socialismo. Mas há poucos proprietários. A maior parte da população e os ciganos em especial, não têm terras. As famílias onde pelo menos uma pessoa trabalha estão também em melhor situação. As famílias onde ninguém tem emprego dependem da assistência social. A vida destas pessoas é muito dura.

*“Mais de 30% das pessoas da minha aldeia recebem apoio social. Em algumas famílias, os pais que estão reformados ajudam os filhos desempregados. Os meus pais estão reformados mas têm uma pensão que, embora, seja regular é baixa. Tenho também um irmão que está desempregado. Os meus pais ajudam-nos aos dois”.*

## **A vida das crianças**

Durante vários meses do ano, os filhos de Julian não vão à escola. Existem várias razões que explicam isto: têm fome, Julian não pode pagar os livros, as roupas e os sapatos. Passam esse tempo a tentar arranjar um pouco de dinheiro. Não têm qualquer interesse na escola porque a escola não ajudou os seus pais a viverem melhor. A filha mais velha de Julian quer emigrar para a Alemanha ou para a Noruega. Ela poderia ganhar mais dinheiro como empregada de limpeza. Na Bulgária, mesmo quando temos uma boa profissão não há garantia que arranjemos trabalho e que ganharemos o suficiente para termos uma vida digna. Julian está triste porque não sabe o que os seus filhos fazem, nem onde eles passam o tempo. Está tão preocupado em arranjar dinheiro suficiente para garantir o dia a dia que não tem tempo para dar atenção aos filhos. Quando tinha um emprego a família era muito mais feliz.

*“Alguns trabalhadores pobres obrigam os seus filhos a roubar. Podemos ver muitas crianças à procura de comida nos contentores do lixo e crianças ciganas a mendigar na rua, e as pessoas que passam ignoram-nas”.*

*“Há muitas crianças que atingiram um bom nível de educação, mas não têm emprego. Os empregadores búlgaros não respeitam as pessoas que têm qualificações e competências. Não lhes pagam mais do que o salário mínimo”.*

## **À procura de trabalho**

Os ciganos são muitas vezes vítimas de discriminação quando abordam os empregadores. Recentemente um empregador disse directamente a Julian que não lhe dava emprego por ser cigano. Julian acha que a sua pronúncia é diferente e que os empregadores conseguem perceber que é cigano mesmo sem ele o dizer.



*“Quando estamos à procura de emprego, o empregador pergunta o que fazia antes, para quem trabalhava, e durante quanto tempo..., mas não pergunta o que sei ou sou capaz de fazer. Podem pedir-nos para trabalharmos dois ou três meses sem pagamento, à experiência, para ver se conseguimos fazer o trabalho. Há várias fábricas turcas de roupa que estão a instalar-se aqui, mas é necessário trabalhar 15 a 16 horas por dia e o pagamento não é certo”.*

### **Ser cigano**

Julian pensa que existe muita discriminação na sociedade búlgara.

*“Os médicos não querem os ciganos nos hospitais; pensam que somos “porcos”. Num canal da televisão nacional, um polícia disse às pessoas para terem cuidado e chamarem a polícia se vissem um cigano. Isto cria uma enorme tensão no país”.*

### **Regras que complicam a vida**

Julian foi assaltado e levaram-lhe o bilhete de identidade. Um novo custa 10€ e tem que esperar um mês para o ter. Para obter assistência social tem que assinar um documento todas as semanas no Centro de Emprego. Mas o funcionário do Centro de Emprego não o autorizou a assinar porque não tinha o bilhete de identidade. Sem esta assinatura, Julian poderia perder o direito à assistência social durante um ano. Outra vez, a sua mulher atrasou-se a assinar, tendo sido sancionada com a suspensão do apoio social durante algum tempo.

### **Preso nas “malhas” da pobreza**

A nova lei relativa à assistência social coloca muitos problemas. Por exemplo, se os pais estão desempregados, estes podem receber uma prestação para os seus filhos (prestações familiares). Mas se eles não se inscrevem no Centro de Emprego, não recebem estas prestações. Se trabalharam e ficaram desempregados têm que recolher 6 assinaturas para poderem recuperar as prestações familiares. Tudo isto leva tempo e durante este tempo, não há dinheiro para as crianças famintas. Se um adulto atinge o valor do salário mínimo em prestações sociais, deixa de ter direito a abono de família para todos os seus filhos.

## **Contexto nacional**

### **Transição e pobreza**

Durante os anos de transição (depois de 1989), a Bulgária viveu uma grave crise económica. O produto interno bruto (PIB) caiu 30%. Os salários baixaram cerca de 70% e as desigualdades acentuaram-se. Os rendimentos de base, o salário mínimo e médio, a reforma mínima e média, as prestações sociais, o subsídio de desemprego, as prestações familiares desceram abaixo da linha da pobreza absoluta.

O nível dos salários é o mais baixo da Europa. O PIB tem vindo a recuperar ligeiramente desde 2000, mas o nível de vida de uma grande parte da população continua a piorar.

### **Mercado de trabalho e emprego**

A re-estruturação económica, a desindustrialização massiva, a privatização e a reforma agrária estão na origem das elevadas taxas de desemprego e do colapso dos direitos sociais dos assalariados. Os baixos salários e os elevados níveis de desemprego de longa duração são as principais causas de pobreza. Desde 2001 foram introduzidos dois tipos de programas para combater o desemprego: os programas de formação e de requalificação dos desempregados e os programas de incentivos financeiros para os empregadores para empregarem os desempregados registados. Estas políticas têm tido pouco impacto na redução do desemprego e quanto muito foram apenas soluções temporárias.

### **A minoria Cigana**

As mudanças na sociedade búlgara tiveram diferentes efeitos em função dos grupos étnicos. Isto é particularmente verdade no caso da minoria cigana: a taxa de desemprego é de cerca de 10% para os búlgaros, 30% para os turcos e de 80% para os ciganos. Em certas regiões, 80 a 90% da população cigana activa está desempregada e na maioria dos casos há mais de dois anos. Por outro lado, independentemente dos termos e condições em que são contratados e do local de trabalho, os membros da minoria cigana representam a mão-de-obra mais barata do país.

Para a maioria dos ciganos, a assistência social constitui a principal fonte de rendimento. O número de crianças ciganas que frequentam a escola é muito reduzido. As comunidades ciganas encontram-se na base da escala social e um ciclo vicioso mantém-nas aí. As elevadas taxas de desemprego e de pobreza tornam difícil o acesso ao sistema de ensino. Consequentemente, os fracos níveis de escolarização traduzem-se em reduzidas oportunidades de emprego. A pobreza das comunidades ciganas conduz à exclusão social, à estigmatização, à criminalidade e aos conflitos étnicos.

## **Principais preocupações**

- **Combater a discriminação**

São necessárias acções políticas positivas para apoiar a inserção da minoria cigana. É urgente combater a exclusão de que são vítimas as crianças ciganas no sistema de ensino, especialmente no nível básico e secundário.

- **Políticas de assistência social**

A minoria cigana é quem mais depende da assistência social. As decisões tomadas neste domínio deveriam ser cuidadosamente avaliadas de forma a aferir o seu impacto neste grupo étnico.

- **Participação**

É necessário um programa especial para promover a participação de representantes das comunidades ciganas na sociedade maioritária, especialmente ao nível do poder local e do sistema judicial. Isto poderia reduzir as situações de conflito entre a minoria cigana e estas instituições.

- **Combater a pobreza**

O principal problema ligado à transição na Bulgária é o da pobreza generalizada entre os que trabalham, mas cujos salários são extremamente baixos, e os que estão desempregados e recebem prestações sociais muito baixas. As políticas de luta contra a discriminação não surtirão qualquer efeito enquanto esta situação se mantiver.

- **Monitorização independente e a responsabilização pública**

Os actuais projectos destinados a melhorar a inserção social da minoria cigana não estão a ser bem sucedidos. A situação destas comunidades está a agravar-se e os conflitos étnicos intensificam-se. Os projectos controlados por organismos independentes e o tornar público as suas contas aumentaria de certeza a sua eficácia.

EAPN Bulgária



F.A.O. The Secretary of State for Social Security

## JOBSEEKERS AGREEMENT

I am capable, available and actively seeking work.

I have signed my Jobseekers Agreement because, if I don't, I understand that my benefit will be STOPPED. Furthermore, if I want to challenge my agreement my benefit would also be STOPPED whilst my appeal is processed. I believe this power to be an infringement of my civil liberties and against the concept of natural justice.

# Feliz Natal!

## Vamos suprimir a sua prestação!

### A história de Joanne

---

*Joanne é solteira, tem quarenta anos, tem problemas de coluna e está desempregada.*

#### **Quatro dias antes do Natal de 2004**

A prestação social da Joanne (subsídio para desempregados em procura activa de emprego - *Job Seekers Allowance*) foi interrompida. O Ministério Britânico do Trabalho e das Pensões enviou-lhe uma carta, informando-a que não receberia qualquer prestação durante nove semanas. A razão invocada para esta interrupção era que Joanne não se tinha candidatado a um emprego para o qual o Centro de Emprego a tinha indicado.

*“Estou verdadeiramente interessada em arranjar emprego. Candidatei-me a mais de 50 empregos nos últimos meses. Sempre me candidatei aos empregos que me eram indicados pelo Centro de Emprego, assim como a outros divulgados em anúncios na imprensa local.”*

Joanne esqueceu-se de se candidatar apenas a UM único emprego e teve logo que ser penalizada na época do Natal com nove semanas sem receber qualquer apoio monetário.

Joanne dirigiu-se ao Centro de Emprego de Derbyshire para pedir ajuda. Bob, o funcionário que a atendeu e que desempenhava funções de aconselhamento e orientação interessou-se pelo caso, ficando com o seu *dossier* em mãos. Ajudou-a a solicitar uma reavaliação da penalização que lhe tinha sido aplicada. Ajudou-a igualmente a requerer um pagamento especial de salvaguarda.

#### **Três dias antes do Natal...**

Joanne foi informada que não receberia qualquer pagamento de substituição durante as primeiras duas semanas por não fazer parte do que as autoridades consideravam de grupos “vulneráveis”. Durante o restante período em que o

subsídio de desemprego estava suspenso (7 semanas) receberia uma prestação de apenas 34€. Bob levou então o caso de Joanne superiormente, dentro do Ministério, e a um deputado. O *dossier* foi re-examinado nesse mesmo dia.

### **Dois dias antes do Natal...**

Joanne soube que após a reavaliação do seu caso, seria apenas penalizada seis semanas em vez de nove. Bob ajudou novamente Joanne a apelar contra esta decisão.

### **É Natal e Joanne sem dinheiro!**

*“Senti-me muito mal. Estava em completo estado de choque. Eu não sabia como sair de tal situação. Não tinha nenhuma poupança e a prestação social que recebia constituía o meu único rendimento. Não tinha dinheiro para a alimentação nem para o aquecimento, durante as férias do Natal. Se a minha família não me tivesse emprestado algum dinheiro, não sei como teria sobrevivido”.*

### **2005 - Apelo para a decisão**

No Ano Novo, Joanne e Bob prepararam a audição do seu caso perante o tribunal. Incluíram a prova de que Joanne se tinha candidatado a 47 empregos (entre Agosto e Dezembro), para além dos que lhe tinham sido indicados pelo Centro. Isto demonstrava que estava em procura activa de emprego e que a suspensão do seu subsídio era injusta.

### **Fevereiro 2005 - O tribunal decide a favor de Joanne**

Joanne e Bob apresentaram-se em tribunal com uma argumentação sólida, provando que o subsídio de Joanne nunca deveria ter sido suspenso. O tribunal deu-lhe razão e deliberou que teria que lhe ser dado um montante de 308€ correspondente aos retroactivos.

Joanne passou o Natal “sem um tostão” porque o sistema de atribuição das prestações a tinha penalizado injustamente. Os elementos reunidos no seu processo provavam o seu empenho na procura de trabalho, quer ao nível dos que lhe eram indicados pelo Centro de Emprego quer aqueles a que se candidatava por iniciativa própria. Mas foi suficiente um pequeno deslize para ter sido penalizada. Estas sanções têm como objectivo alterar o comportamento dos beneficiários e forçá-los a uma procura activa de emprego. Tal não tinha qualquer sentido no caso de Joanne mas, uma vez em funcionamento, a máquina administrativa é inflexível e impossível de parar.

## **Contexto Nacional**

### **Política do Governo**

O governo britânico reduz o debate sobre prestações a “direitos” e a “responsabilidades”. O argumento segundo o qual os beneficiários devem preencher

determinados requisitos para terem direito a uma prestação parece razoável. Mas na realidade, tudo isso não passa de querer “tapar o sol com a peneira” uma vez que por de trás estão medidas que visam impor condições mais rígidas no direito de acesso às prestações sociais.

Anteriormente, era apenas necessário que o candidato estivesse simplesmente “disponível para trabalhar”. A lei de 1995 relativa às pessoas em procura activa de emprego e a sua regulamentação exige que uma pessoa que esteja a receber o subsídio de desemprego ou o subsídio social tem que estar em procura activa de emprego e apta para trabalhar. O requerente de emprego tem que assinar um “acordo” determinado pelo Ministério Britânico do Trabalho e das Pensões. Este acordo não é voluntário, porque se o beneficiário não o fizer arrisca-se a perder o direito ao subsídio ou prestação.

O governo está determinado a pôr termo à exclusão social, apoiando estratégias a nível europeu e criando uma unidade especial de luta contra a exclusão social no Reino Unido. Mas a política em matéria de prestações sociais está em total contradição com estas medidas.

### **Conduzir as pessoas para a pobreza**

O caso de Joanne é exemplo de uma situação frequente. As organizações que trabalham com os beneficiários, os centros de emprego, os centros de apoio aos cidadãos e outros organismos que trabalham neste domínio, registam milhares de casos onde os beneficiários são confrontados com situações de penalizações ou mesmo de corte definitivo das suas prestações. Estas políticas conduzem cada vez mais pessoas para situações de pobreza, precariedade, delinquência e para a economia informal.

Os níveis das prestações são demasiado baixos para permitirem um nível de vida decente. Viver de subsídios é viver na pobreza. Pessoas que estão desempregadas há muito tempo sofrem, frequentemente, de problemas de saúde mental e física que tornam ainda mais complicado o seu regresso ao mercado de trabalho.

O sistema de prestações é demasiado complexo. Muitas pessoas sentem-se impotentes quando têm que lidar com este sistema. Há demasiada preocupação com a prevenção da fraude e muito pouca em ajudar os beneficiários.

### **Principais preocupações**

- A política do governo deveria centrar-se na criação de novos empregos e em ajudar os desempregados de longa duração a ultrapassar as barreiras que os impedem de voltar ao mercado de trabalho.
- As condições de atribuição de prestações devem ser razoáveis, pertinentes e claramente definidas. Não devem ser acompanhadas de qualquer ameaça ou obrigação.

- As penalizações não deveriam ser utilizadas senão como último recurso.
- Os montantes das prestações deveriam ser aumentados de forma a permitirem que os beneficiários possam sair da pobreza e da exclusão em que vivem.
- O sistema de prestações deveria ser mais simples e mais fácil de utilizar para os beneficiários.
- Os beneficiários e requerentes deveriam ter acesso a aconselhamento independente, sobretudo quando são confrontados com uma ameaça de cessação/corte do seu subsídio.

EAPN Reino Unido







# O percurso de volta ao mercado de trabalho

## A história de Frédéric

---

*Frédéric é francês, tem 32 anos, foi copy writer e esteve desempregado durante cinco anos. O apoio e a formação permitiram-lhe encontrar um emprego e voltar ao mercado de trabalho.*

---

Frédéric não conseguia encontrar um emprego na indústria livreira. Para viver, Frédéric tinha apenas o dinheiro que a família lhe enviava de tempos a tempos. Esta situação levou-o a sofrer de ansiedade, de isolamento e de incerteza sobre a sua própria identidade.

A agência nacional para o emprego (ANPE) concedeu-lhe um “Plano de Acção Personalizado”. Este permitiu-lhe aceder a formação financiada “para trabalhar a linguagem corporal, a sua aparência e os aspectos negativos do discurso”.

*“Esta formação permitiu-me romper, por uns tempos, o isolamento em que vivia, de conhecer pessoas jovens, de readquirir a confiança, de começar a mudar de rumo, de trabalhar a minha aparência, de ganhar consciência daquilo que sou. Depois de anos de desemprego, tinha a impressão de não ter objectivos a atingir”.*

### **Acompanhamento**

Esta formação permitiu a Frédéric beneficiar de um acompanhamento e apoio constante. Contactou com a Associação “Solidarités Nouvelles face au Chômage”. A SNC arranhou-lhe dois voluntários que lhe deram orientação e aconselhamento. Os técnicos que acompanharam Frédéric arranjaram-lhe um emprego (com alojamento) numa livraria-papelaria. Esta foi uma tentativa falhada porque Frédéric não tinha perfil para o contacto directo com o público. Em seguida, arranjaram-lhe emprego como motorista numa empresa de emprego e formação no sector das lavandarias, assumindo a SNC os encargos salariais. Começou por trabalhar a tempo parcial, ganhando muito pouco. Mas recebia também uma ajuda para cobrir as despesas de alojamento (em pensões). O gerente da lavandaria rapidamente se

deu conta que Frédéric seria capaz de trabalhar mais horas, tendo-lhe feito a proposta para trabalhar a tempo inteiro, substituindo um colega durante as férias de Verão de 2004.

### **Ajuda psicológica e financeira**

As pessoas que acompanhavam Frédéric aconselharam-no a procurar apoio psicológico e psiquiátrico. Seguindo este conselho, encontra-se agora a frequentar um centro especializado, uma vez por semana. Ajudaram-no a beneficiar do sistema de subsídio de regresso ao trabalho. Este sistema permite combinar o salário com o rendimento social de inserção durante alguns meses após ter encontrado emprego. Ajudaram-no a reaver o seu direito ao RSI e os respectivos retroactivos. Frédéric pode assim pagar as suas dívidas.

### **Sucesso no trabalho**

O facto de ter trabalhado a tempo inteiro durante o Verão ajudou Frédéric a ganhar auto-confiança, mas a lavandaria só lhe podia oferecer um emprego permanente a tempo parcial. Foi então que decidiu procurar um outro *part-time* para o restante período do dia. Encontrou-o num grupo de ajuda a refugiados e requerentes de asilo.

Entretanto, o gerente da lavandaria pôs Frédéric em contacto com uma empresa de reciclagem que precisava de um motorista. Frédéric pôde servir-se do que tinha aprendido enquanto trabalhou na lavandaria: o conhecimento da rede viária de Paris. Necessitava de melhorar a sua robustez física, pois o trabalho envolvia o transporte de equipamento pesado. Conseguiu o emprego e provou ser um bom trabalhador. Foi então que deixou a lavandaria para trabalhar a tempo inteiro (39 horas por semana, contrato de trabalho normal sem financiamento por parte da SNC) na empresa de reciclagem. Em Junho de 2005, assinou um contrato sem termo com o seu novo empregador.

## **Contexto nacional**

A história de Frédéric mostra a mais valia das boas práticas em matéria de regresso à vida activa, passando por uma coordenação entre os diversos intervenientes e tipos de apoios:

- **Agência Nacional para o Emprego**

Foi assinado, em Janeiro de 2001, um protocolo entre o Estado, a Unedic e a ANPE para ajudar desempregados a regressarem à vida activa. Este protocolo deu lugar a uma reforma do regime do subsídio de desemprego e criou os Programas de Acção Personalizados que ajudaram Frédéric. O Plano prevê um sistema global de apoio para pessoas que estão à procura de emprego. Os mais excluídos e marginalizados têm o direito a uma análise aprofundada da sua situação que inclui uma avaliação e formação.

- **Uma ONG sem financiamento: Solidarités Nouvelles face au Chômage (SNC)** - desenvolve o seu trabalho através de equipas de duas pessoas (empregadas e/ou reformadas) em regime de voluntariado, e que se organizam a nível local. Em casos como este, o financiamento destina-se a subvencionar temporariamente o emprego de pessoas que recebem o RSI. Estes empregos são criados pelas organizações sem fins lucrativos. Aqui a SNC partilha os custos do contrato com a empresa de formação até 550€ por mês durante um período de 12 meses, ou seja, uma contribuição total de 6600€.
- **Uma empresa especializada na inserção** de pessoas que enfrentam determinadas dificuldades. Neste caso, é concedida ajuda progressiva a uma pessoa profundamente perturbada no plano emocional. Isto permitiu a Frédéric tornar-se empregável no mercado de trabalho tradicional. O horário de trabalho de Frédéric foi adaptado às suas capacidades. Isto conduziu a um emprego de longa duração que correspondia à sua aptidão e características. Este tipo de flexibilidade ainda não foi adoptado pelas autoridades francesas. A maior parte dos empregos acompanhados (protegidos), que foram recentemente criados, assentam num número fixo de horas por semana.
- **Uma prestação complementar ao salário.** Este apoio permite a uma pessoa em situação de exclusão perspectivar o seu regresso ao trabalho. Isto permitiu a Frédéric recuperar a auto-estima e confiança para se concentrar no seu novo emprego.
- **Um hospital psiquiátrico.** Frédéric apenas aceitou esta ajuda depois de ter sido aconselhado como essencial ao seu percurso de inserção.

## Principais preocupações

**Uma boa abordagem de “activação” precisa de combinar alguns elementos chave:**

- **Empregos subsidiados (protegido) para pessoas que não são capazes** de obter a produtividade exigida em empregos do mercado de trabalho tradicional. Os empregos subsidiados foram introduzidos no final dos anos 80. Estes têm sido um caso prático de sucesso no contexto francês. Estes empregos necessitam de ser flexíveis, permitindo aos trabalhadores, como Frédéric, integrarem-se progressivamente no mercado de trabalho.
- **Incentivos financeiros** para compensar os custos e o risco de um retrocesso no contacto com o mundo do trabalho. As autoridades receiam o risco de fraude. Estas não estão dispostas a concederem mais recursos a pessoas que vivem em situação de exclusão do que às que estão em situação de emprego remunerado. Não existe um verdadeiro apoio às políticas para inserirem as pessoas mais excluídas no mercado de trabalho e a retomarem uma vida normal.

- **Um apoio e uma supervisão complementares**

A falta de políticas públicas complementares complica o trabalho dos que criam e acompanham (protegem) estes empregos. As regras mudam com a mudança de governo. Os políticos e funcionários do governo subestimam os vectores de inclusão, sobretudo do sector associativo, como as empresas sociais e as estruturas de proximidade. Nestas condições é difícil levar a cabo os planos personalizados necessários à promoção da inclusão. O apoio e a mediação necessários ao trabalho de inclusão são hoje reconhecidos. Mas na prática as autoridades francesas continuam a confiar mais em políticas no papel do que nas pessoas.

- **O envolvimento das ONG's**

Neste caso a organização arranjou duas pessoas que aconselharam e orientaram Frédéric e tornaram possível garantir a continuidade de uma abordagem conjunta. Isto permitiu igualmente evitar demasiada dependência de um deles. As ONG's são, frequentemente, pioneiras no desenvolvimento de métodos personalizados, inovadores, centrados nas necessidades dos indivíduos. Manter os custos baixos, não é a sua primeira preocupação.

EAPN França

## A Resposta da Comissão Europeia

Um emprego e uma rede de segurança social eficaz são expectativas legítimas que todos os cidadãos têm relativamente aos seus governos. Estes constituem a base para a autonomia e o bem-estar dos indivíduos e constituem, conseqüentemente, um alicerce fundamental para a sociedade como um todo. O Modelo Social Europeu é uma combinação bem sucedida de prosperidade económica e de coesão social.

A globalização e a evolução demográfica da população europeia estão a alterar as condições que servem de pano de fundo à promoção do Modelo Social Europeu. A Estratégia Europeia para o Crescimento e Emprego corresponde à resposta da União Europeia para fazer face a estes desafios. O objectivo da Estratégia é criar uma prosperidade económica sustentável e amplamente partilhada, através da promoção do conhecimento e da inovação tornando a UE num espaço mais atractivo para investir e trabalhar, criando mais e melhores empregos.

No âmbito da Estratégia do Crescimento e Emprego, a Comissão Europeia propôs as orientações integradas para as reformas nacionais tendo em seguida sido adoptadas pelo Conselho Europeu. Todos os Estados-Membros elaboraram Planos Nacionais de Reforma para o período 2005-2008. A Comissão Europeia é responsável pela análise e pela monitorização da sua implementação e apoia os esforços desenvolvidos pelos Estados Membros com vista a fazerem face aos desafios nacionais e a facilitar a aprendizagem mútua e a adopção de boas práticas.

As reformas iniciadas nos Estados Membros terão como efeito uma melhoria nas economias nacionais. Este impulso económico não é um objectivo em si; as economias em crescimento geram mais emprego, mais prosperidade, menos pobreza. A Estratégia para o Crescimento e Emprego não visa apenas a produção de riqueza mas ambiciona também a distribuição desta riqueza por todos os cidadãos.

Como parte das orientações integradas, as directrizes consagradas às políticas de emprego dos Estados Membros enunciam três objectivos, que associam claramente o emprego à coesão social. As políticas dos Estados Membros devem promover estes objectivos de forma equilibrada, reflectindo a Estratégia. Os três objectivos referidos são:

- **Alcançar o pleno emprego**, que é um elemento vital para o crescimento sustentável e para o reforço da coesão social;
- Empreender esforços para aumentar as taxas de emprego, devendo ser acompanhados de empregos mais atractivos, **de qualidade e pelo crescimento progressivo da produtividade**, e de uma diminuição do número dos trabalhadores pobres (*working poor*);
- **Reforço da coesão social, prevenindo a exclusão** do mercado de trabalho e apoiando a integração profissional das pessoas desfavorecidas.

De forma a atingir estes objectivos, as Directrizes para o Emprego identificam três áreas prioritárias de acção:

- Atrair e manter mais pessoas no mercado de trabalho;
- Melhorar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas;
- Intensificar o investimento no capital humano através de melhor educação e qualificação.

As directrizes traçadas para cada uma destas prioridades dedicam uma atenção especial à inclusão dos grupos mais vulneráveis no mercado de trabalho. Aumentar os níveis de emprego constitui uma ferramenta eficaz no combate à pobreza. A título de exemplo, as taxas de emprego das mulheres e dos trabalhadores mais velhos (com mais de 50 anos) são muito mais baixas quando comparadas com as do conjunto da população activa.

O desemprego e inactividade das camadas jovens têm que ser reduzidas através de melhor formação e estágios profissionais. Os jovens desempregados, com baixas qualificações, estão em risco de caírem no desemprego de longa duração e, conseqüentemente, de exclusão social.

Os Estados Membros são incitados a dedicarem uma atenção especial à promoção da inclusão no mercado de trabalho dos grupos mais desfavorecidos, incluindo trabalhadores pouco qualificados. Esta inclusão profissional pode passar, por exemplo, pelo reforço dos serviços sociais e da economia social.

Há um conjunto de factores comuns que exercem uma influência decisiva no sucesso das tentativas de melhorar a situação profissional de todos os grupos alvo. O primeiro, e mais importante, é a educação e a formação profissional. Quanto mais sólido for o percurso da pessoa em termos de educação e de formação profissional, mais promissoras serão as suas perspectivas para entrar e manter-se no mercado de trabalho. Conseqüentemente, é necessário desenvolver esforços específicos afim de promover o acesso dos cidadãos ao mercado de trabalho através da adopção de medidas activas e preventivas sobre o mesmo. Entre estas medidas, citamos a título de exemplo, a ajuda eficaz na procura de emprego, aconselhamento e formação no âmbito dos planos de acção personalizados, sem esquecer os serviços sociais de apoio à inclusão dos trabalhadores marginalizados no mercado de trabalho.

O emprego é a chave para a inclusão social. Esta afirmação ganha um destaque particular quando olhamos para o impacto, profundamente negativo, que o desemprego exerce sobre o bem-estar das pessoas e dos que lhes são próximos. As políticas de inclusão social cobrem um vasto campo de acção que inclui: a habitação, o ensino, a saúde, e a assistência social. Conseqüentemente, estas podem ter um contributo decisivo para o *empowerment* dos indivíduos em procura activa de emprego. Na fase de elaboração as políticas de protecção e de inclusão



social estão estreitamente associadas à Estratégia do Crescimento e Emprego implementada nos Estados Membros e a nível europeu.

Mas, parece também evidente, que a existência de empregos por si só, não é suficiente para ultrapassar as barreiras que os indivíduos têm que transpor para terem acesso ao mercado de trabalho. A discriminação é ainda, muito frequentemente, um grande obstáculo que se combina com a deficiência, a idade (demasiado novo, ou demasiado velho), o facto de se pertencer a uma minoria étnica ou ter o estatuto de imigrante. A União Europeia dispõe de legislação específica que proíbe todas as formas de discriminação, mas há ainda muito trabalho a fazer para banir totalmente estas práticas discriminatórias. O Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades para Todos, em 2007, será o contributo da Comissão Europeia para dar um novo impulso à luta contra a discriminação. As Orientações para o Emprego apelam explicitamente para uma acção contra a discriminação no mercado de trabalho, assim como a promoção do acesso ao emprego para todas as pessoas com deficiência, imigrantes ou pessoas pertencentes a minorias étnicas.

Os Estados Membros assumiram o compromisso de se envolverem seriamente de forma a alcançarem os objectivos da parceria para o crescimento e o emprego. Após a análise realizada pela Comissão sobre o primeiro ano de adopção desta nova abordagem, os Chefes de Estado e de Governo reafirmaram a necessidade de passar à acção com o propósito de atingirem os objectivos enunciados no pacote da Estratégia, incluindo um enfoque especial na ligação entre a prosperidade económica e a coesão social. A Comissão Europeia continuará a acompanhar e a apoiar os Estados Membros e a União Europeia no seu todo, nesta matéria.

Nikolaus G. van der Pas  
Director-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades  
Comissão Europeia

## Quando o “tornar o trabalho compensador” falha o alvo

### O parecer da Confederação Europeia de Sindicatos (ETUC)

Os decisores políticos são frequentemente prisioneiros de uma ou outra noção económica que tentam fazer avançar, sem terem em conta o que realmente se passa na sociedade. A ideia económica, da qual os decisores políticos na Europa se tornaram “dependentes” durante os últimos cinco ou sete anos, é que o desemprego generalizado na Europa deveria ser analisado à luz dos sistemas de subsídio de desemprego que diminuem o incentivo ao trabalho. “Tornar o trabalho compensador” tornou-se o *slogan* que os decisores políticos utilizam para “vender” as reduções drásticas nos sistemas de subsídio de desemprego.

As histórias de vida que a Rede Europeia Anti-Pobreza incluiu nesta publicação mostram, de forma impressionante, que a teoria económica abstracta que consiste em “tornar o trabalho mais compensador” falha completamente o alvo. Não melhora as coisas, bem pelo contrário, agrava-as. As pessoas são atingidas pela desregulamentação da protecção social e vêem as condições de vida da sua família a degradarem-se. No papel, esta teoria constitui, se calhar, uma solução para o que nós chamamos de “armadilha da pobreza”; mas na realidade, a consequência destas políticas é o aumento do número de pessoas que acabam por cair na pobreza e são excluídas da sociedade.

Podemos já ouvir a Comissão Europeia e o seu “comité misto” de Ministros das Finanças e de membros da Banca contestar que o método utilizado pela EAPN não é “objectivo” nem “científico”, e que estes testemunhos “anedóticos” não constituem uma base que permita dar uma visão geral e completa do que se passa na União Europeia.

Infelizmente para os adeptos da teoria “fazer com que o trabalho compense” - *making work pay* - os números vão ao encontro dos testemunhos incluídos nesta publicação. Segundo as publicações da Comissão Europeia, a taxa de pobreza está a aumentar na Europa, especialmente nos países onde as políticas do *making work pay* têm vindo a ser aplicadas com mais rigor.

Por outro lado, os estudos sobre o mercado de trabalho realizados por economistas com um espírito mais aberto (felizmente ainda há na Europa alguns economistas que não estão ao serviço dos interesses particulares de uma elite!) chegam a conclusões que são devastadoras para a política do *making work pay*:

1. Estudos<sup>1</sup> baseados nos dados recolhidos junto do painel dos agregados familiares e de seguimento da situação social de pessoas e famílias durante vários anos,

1 Groenez S. and Nicaise I., *Does the active welfare state foster inclusion?*, Comunicação apresentada na Conferência “Best practice in labour market programmes”, Outubro 2004, Bruxelas.

mostram que, as “medidas activas relativas ao mercado de trabalho” que acompanham muitas vezes as políticas que visam “tornar o trabalho mais compensador”, reduzem a possibilidade de “escapar” da pobreza. Isto mostra que as “medidas activas de emprego” têm sido utilizadas abusivamente em numerosos casos, com o objectivo de “dar um abanão” às estatísticas do desemprego em vez de propor novas formações aos desempregados e de os ajudar a encontrar um emprego que corresponda ao *upgrade* (actualização) das suas competências.

2. Os estudos centram-se, igualmente, no efeito que os sistemas de subsídio de desemprego têm na probabilidade de escapar da pobreza, aceitando as ofertas de trabalho. O resultado - surpreendente à primeira vista - é que as prestações mais elevadas aumentam a probabilidade dos desempregados evitarem cair em situação de pobreza, passando da assistência social para o trabalho. Segundo estes estudos, isto explica-se pelo facto das prestações de desemprego desempenharem um papel de “activação”, e que predomina sobre o que os economistas, de visão mais conservadora, apelidam de “lazer subsidiado”: os níveis elevados de indemnizados e de períodos de indemnização longos dão às pessoas a possibilidade de investir na procura de um trabalho digno e de impedir que o seu capital humano se degrade em empregos precários e de curta duração.
3. A investigação<sup>2</sup> foi também conduzida sobre os membros do agregado familiar, no que diz respeito ao rendimento de “aceitação” (o nível do salário que incitará um desempregado a trabalhar) e sobre o comportamento no momento em que decidem aceitar ou recusar uma oferta de emprego. Parece com efeito, que o subsídio de desemprego agrava o nível do “salário de aceitação”. Nos questionários efectuados, os desempregados raramente indicam que estão dispostos a trabalhar por um salário inferior ao subsídio de desemprego. No entanto, quando analisamos o comportamento dos desempregados, parece que estes não hesitam em aceitar as ofertas de emprego com salários abaixo do seu salário de aceitação ou do subsídio de desemprego. Parece que o “homo economicus” é apenas uma faceta dos seres sociais que são os humanos. As pessoas querem participar na vida activa, não apenas para ganhar dinheiro mas também para estabelecer e manter os contactos sociais.
4. Finalmente, a Organização da Cooperação e do Desenvolvimento Económico (OCDE)<sup>3</sup>, que constitui a célula de reflexão internacional dos economistas que deu origem à ideia da política que visa “tornar o trabalho mais compensador”, conclui que numerosas sanções contra os desempregados e as suas prestações decorrem do facto da burocracia dos serviços públicos para o emprego ser demasiado complexa. Por outras palavras, o problema não é que os desempregados

2 Addison, Centeno, *Portugal: three weddings and (maybe) a funeral: revisiting job search theory*, Maio 2005.

3 Martin, John, *What Works among labour market policies: evidence from OECD countries' experiences*, apresentação em powerpoint na Conferência da Presidência Austríaca “*Innovation in Labour Markets*”, Fevereiro 2006, Viena.

não querem procurar e aceitar emprego; pelo contrário, o problema resulta do facto do quadro das obrigações dos que procuram emprego não estar claro. De facto, o testemunho vindo do Reino Unido incluído nesta publicação (“Feliz Natal! Vamos suprimir a sua prestação.”) é uma boa ilustração disto. Mesmo os representantes da OCDE argumentam que este é um caso onde não deve ser utilizada a “opção nuclear” (suprimir totalmente a prestação) mas para melhor explicar o que os serviços de emprego esperam dos desempregados à procura de emprego, apoiado em pequenas penalizações temporárias.

5. É tempo de empreender uma mudança social. É tempo de proteger o sonho europeu dos que abusam da integração europeia para impor a sua ideologia do “mercado livre” caracterizado pelo “laissez-faire, laissez-passer”. Trata-se de uma ideologia que cria poucos vencedores e muitos perdedores. Uma ideologia que beneficia uma pequena elite, enquanto que os trabalhadores e os desempregados são deixados à sua própria sorte para enfrentarem a turbulência de um mercado global e europeu sem instituições (como uma legislação para o emprego ou um sistema de segurança social para os proteger).

Felicitemos a EAPN por esta publicação e por ter revelado a verdade social que se esconde, actualmente, por de trás da retórica económica de muitos (eu diria mesmo demasiados) decisores políticos europeus. Esperamos que isto constitua mais um passo na construção de uma Europa para todos e uma Europa apoiada por todos os cidadãos.

Ronald Janssen  
Consultor Económico da Confederação Europeia de Sindicatos

## Ajudar as pessoas em situação de pobreza a encontrar um emprego digno e uma vida melhor

### As Conclusões e Recomendações da EAPN

As questões levantadas pelos testemunhos aqui incluídos estão no centro das preocupações da EAPN sobre o enfoque atribuído pela Estratégia do Crescimento e Emprego da UE, às políticas de “activação” e de “tornar o trabalho compensador” (*make work pay*). Estas histórias não pretendem fazer uma avaliação objectiva. Pelo contrário, dão-nos uma perspectiva marcante da vida de pessoas que se vêem confrontadas com a realidade destas políticas. Um momento oportuno para lembrar a dor e o sofrimento infligidos em vidas bem reais; um incentivo com vista a garantir que a Estratégia de Lisboa contribui, eficazmente, para a erradicação da pobreza e da exclusão social ajudando, realmente, as pessoas a reencontrarem o seu próprio valor, dando-lhes também a oportunidade de acesso a um trabalho digno.

#### **A armadilha da pobreza e da remuneração**

A maior parte das histórias realçam o jogo complexo de factores que “encurralam” na pobreza as pessoas vulneráveis, apesar de todas as intenções louváveis da UE e dos governos dos Estados Membros. Muitas das pessoas entrevistadas estão presas a um ciclo de pobreza, quer tenham emprego ou não. Outras, como Maria, decidiram despedir-se de uma série de empregos mal remunerados, precários ou temporários, ou sobreviveram durante muito tempo com um rendimento mínimo ou o subsídio de desemprego. Outras, como Joanne, estiveram sempre dependentes de prestações sem poderem abdicar delas, apesar dos esforços encetados. É o reverso da medalha de Lisboa e da pressão exercida com vista a promover políticas que visam “tornar o trabalho compensador” e um mercado de trabalho flexível, à escala europeia. Para a maioria destas pessoas, o mercado de trabalho já é demasiado flexível e as suas vidas demasiado dominadas pela insegurança. É essencial ter em conta estas preocupações, num momento em que, a Comissão e o Conselho Europeu se preparam para elaborar os princípios comuns sobre uma abordagem equilibrada à “flexisegurança”.

#### **Uma protecção social adequada a uma vida digna**

Algumas das histórias levantam questões sobre a pertinência e a eficácia dos sistemas de protecção social. Estes constituem a pedra angular do Modelo Social Europeu e um valor europeu fundamental. Mas, na realidade, estas políticas parecem desamparar as pessoas que supostamente, mais deveriam ajudar. Os testemunhos mostram como os níveis do rendimento mínimo são frequentemente insuficientes para cobrir as necessidades mais básicas, forçando as pessoas a viverem em habitações precárias e a acumularem dívidas relativamente a rendas em atraso e outros encargos com a habitação. Os níveis das prestações não são calculados de forma a permitir viver com dignidade, de convidar os amigos para uma refeição

ou comprar um presente a uma criança... Os testemunhos mostram igualmente o impacto multidimensional de uma vida no (ou abaixo do) limiar da pobreza, onde o rendimento baixo afecta a saúde e a estabilidade mental das pessoas, limitando as possibilidades de manterem uma vida social e familiar digna e de construírem relações de amizade e de apoio.

### **Tornar o trabalho mais compensador**

Muitas das histórias de vida evocam as consequências das estratégias do *make work pay*. Em certos casos, as restrições em matéria de acesso e de manutenção das prestações têm sido utilizadas como uma “alavanca” de pressão para obrigarem as pessoas desempregadas ou “inactivas” a procurarem trabalho. Para os que dependem de prestações, isto significa problemas adicionais em matéria de elegibilidade: as novas penalizações e sanções são, com efeito, infligidas aos beneficiários que não desenvolveram esforços “suficientes” para encontrarem um emprego, como é o caso de Joanne. Estas medidas causam sofrimentos desmedidos nas pessoas vulneráveis, uma vez que subentendem que estas pessoas não trabalham porque não querem. A maioria delas já têm problemas suficientes para conseguirem sobreviver com um baixo rendimento e insegurança. Muitos têm uma baixa auto-estima e têm dificuldades em planear a sua vida e desenvolver relações independentes. Qualquer estratégia para apoiar estas pessoas na procura de emprego deve ter em conta estas preocupações.

### **A armadilha do trabalho pobre**

O outro elemento da equação é a “armadilha” do trabalho pobre. Muitos dos testemunhos sublinham as dificuldades causadas pelos empregos de má qualidade que lhes são oferecidos, seja através dos programas de activação, seja pelo mercado de trabalho normal. Para a maior parte, estes empregos são muitas vezes caracterizados por uma fraca remuneração persistente, combinada com as más condições de trabalho. Por outro lado, trata-se em geral, de empregos de curta duração, precários e muitas vezes a tempo parcial. Apesar do salário mínimo legal estar já em vigor na maioria dos países da UE, existe actualmente pouco controle para verificar se estes salários permitem “escapar” à pobreza. Os principais riscos decorrem dos empregos temporários e da falta de taxas proporcionais para os empregos a tempo parcial. Apesar de certos Estados Membros estarem a experimentar sistemas complementares, como rendimentos vindos dos impostos em função do rendimento ou das reduções dos impostos, estas iniciativas são contrabalançadas pelos problemas constantes ligados à manutenção e segurança do rendimento durante as mudanças de emprego. Não são também tomados em conta outros custos suplementares ligados ao trabalho, tal com a guarda de crianças e os transportes... Estas não regulam o problema fundamental das fracas remunerações ligadas à segregação do mercado de trabalho. Entretanto, apesar destes constrangimentos, as histórias de vida ilustram a vontade da maioria das pessoas aproveitar qualquer oportunidade de emprego, mesmo que isso signifique uma

possibilidade limitada de escapar à pobreza persistente. Estas preocupações têm como base a necessidade de estabelecer uma ligação entre os níveis satisfatórios de rendimento mínimo e os níveis decentes de salário mínimo, ao mesmo tempo que se combate a segregação vertical e horizontal no emprego.

### **Discriminação e perseguição**

Muitos dos testemunhos salientam as consequências desastrosas da discriminação com base no sexo, raça, idade, deficiência, origem étnica ou no estatuto de imigrante, refugiado ou requerente de asilo. Outros são vítimas de discriminação devido aos preconceitos existentes contra os desempregados de longa duração. A existência destas atitudes discriminatórias significa, muitas vezes, que mesmo as melhores estratégias positivas de activação falham devido ao facto dos empregadores e das agências ou serviços de emprego subestimarem e minimizarem as capacidades das pessoas, impedindo-as assim de terem acesso ou de conservarem um emprego razoável. Mesmo dispendo de formação e de qualificações adequadas, certas pessoas como a Rose, que sofre de uma deficiência auditiva, ou como o Ferry, que é refugiado, são incapazes de encontrar um emprego satisfatório ou um emprego compatível com as suas qualificações e competências. Quanto aos trabalhadores mais velhos, como o George, assume-se de antemão que as suas competências diminuem com a idade, sendo os primeiros a serem dispensados, apesar dos compromissos, supostamente assumidos, com o envelhecimento activo. Estas realidades atingem em pleno o desejo central da Estratégia de Lisboa renovada de “criar mais empregos e manter mais pessoas a trabalhar”. Se não forem tomadas medidas mais pro-activas de forma a persuadir os empregadores a mudarem as suas práticas, a maior parte destes grupos serão, provavelmente, condenados a manterem-se fora do mercado de trabalho ou a terem acesso apenas a empregos de fraca qualidade. Em certos casos, como o de Julian, que é cigano, a discriminação é tal, que uma acção positiva é vital para combater a discriminação directa e indirecta no acesso ao emprego, mas também para combater a exclusão das crianças do ensino básico e secundário e para promover a representação das comunidades ciganas junto do governo e do sistema judicial.

### **Activação positiva e inclusão activa**

Nem todos os testemunhos são negativos. Certas histórias, como a de Frédéric, colocam em evidência os factores chave que podem fazer toda a diferença. Por exemplo, como elaborar estratégias de inclusão activa e integradas que sejam susceptíveis de ajudar as pessoas a desenvolverem-se, podendo ainda fornecer a ligação vital com os verdadeiros empregos. Estas estratégias partem das necessidades das pessoas e desenvolvem percursos de abordagens que permitem garantir o desenvolvimento ou a consolidação de competências existentes e de participarem em actividades e na comunidade. Trata-se portanto de verdadeiras estratégias de desenvolvimento de competências. Estas oferecem conselhos, orientações e um enquadramento simultâneo de formação e de apoio financeiro, garantindo assim

o acesso aos serviços de assistência específicos e de qualidade. Ajudar as pessoas a encontrar um emprego constitui muitas vezes um objectivo a longo prazo e não a primeira meta. Estas estratégias reconhecem que o emprego não é uma solução para todas as pessoas em situação de vulnerabilidade ou/e exclusão. Estas abordagens reconhecem a necessidade de oferecer os níveis adequados de apoio ao rendimento que são coordenados eficazmente com a entrada no mercado de trabalho, o encontrar um emprego digno, sem condenar as pessoas à insegurança.

### **O papel fundamental das ONG's**

Todos os testemunhos sublinham o papel decisivo das ONG's do sector associativo, na provisão de abordagens personalizadas e humanizadas. Em muitas destas organizações, a mais valia reside nos benefícios mútuos que resultam da relação estabelecida entre a organização e o indivíduo. Esta relação assenta no diálogo. De um lado, os técnicos ou os voluntários das ONG's ajudam activamente o indivíduo a resolver os seus problemas e a adquirir a auto-confiança de que necessita para encetar o processo de aquisição de competências que lhe permitam arranjar emprego, ou de se tornar mais activo; do outro lado, o indivíduo que continua ligado à organização através da sua participação. Esta é a razão pela qual as ONG's são também locais privilegiados. Estas organizações têm uma riqueza de experiência de longa duração de trabalho criativo e de apoio no *empowerment* de pessoas vulneráveis. É importante que esta experiência seja capitalizada. Na realidade, acontece muitas vezes o contrário: as numerosas ONG's têm que lutar pela sua sobrevivência, vivendo sob ameaças constantes de perderem o seu financiamento.

## **Recomendações**

Os testemunhos acentuam a necessidade urgente de trabalhar na concepção de princípios e de normas comuns afim de ajudar os mais excluídos a encontrarem a via do emprego e da inclusão. Isto acontece num momento oportuno, quando a Comissão lançou uma consulta sobre o papel dos regimes do rendimento mínimo e da necessidade de princípios comuns para promover a inclusão activa na sua recente Comunicação<sup>4</sup>. A EAPN respondeu a esta consulta, baseando-se nas informações fornecidas pelas redes nacionais e de experiências, como os testemunhos incluídos nesta publicação<sup>5</sup>.

As redes da EAPN estão claramente convencidas que o ponto de partida de tais estratégias deveria ser as necessidades das pessoas, o direito a um rendimento adequado e seguro, e o acesso a serviços de qualidade. A inclusão activa, em si,

4 Comunicação relativa a uma consulta sobre a acção a empreender a nível europeu para promover a inclusão activa das pessoas mais afastadas do mercado de trabalho. (Comunicação de 8 de Fevereiro de 2006).

5 Resposta da EAPN à Comunicação da Comissão. Disponível em [www.eapn.org](http://www.eapn.org).



deveria apoiar abordagens integradas e reconhecer que se o emprego é uma prioridade essencial, este não constitui a única solução. O papel desempenhado pelas ONG's e pelas organizações de apoio neste processo é essencial, assim como o papel dos empregadores e dos parceiros sociais, que devem zelar pela qualidade das iniciativas para o emprego, da formação e do emprego. Se a UE não adoptar estas medidas arrisca-se a não conseguir obter um progresso real, no sentido de erradicar a pobreza até 2010, e de iludir as esperanças e as expectativas de pessoas como a Anja, o Ferry, a Rose, o George, a Joanne, o Frédéric, a Maria e o Julian, que sonham em ter um emprego digno e uma vida melhor. Esperamos que a UE não os desaponte.

## Elementos chave para uma estratégia de inclusão activa eficaz

### 1. Um rendimento mínimo adequado para viver com dignidade

Oferecer níveis de rendimento suficientes para ter uma vida digna, independentemente do estatuto de trabalhador ou de desempregado, e garantir uma base de rendimento estável para as pessoas em situação de pobreza, para que estas possam planificar a sua vida e o seu futuro.

### 2. Acesso a serviços de qualidade

Garantir o acesso a serviços de apoio de qualidade como um direito social e dar apoio para aceder ao emprego (e.g. guarda de crianças, cuidados de saúde, educação, serviços sociais, alojamento ou habitação).

### 3. Abordagens globais e integradas de emprego e de inclusão

Promover abordagens personalizadas, integradas, que ofereçam apoio a longo prazo às pessoas mais vulneráveis de forma a que estas sigam a via do emprego e/ou da inclusão, reconhecendo, simultaneamente, a multidimensionalidade da pobreza. Oferecer apoio de diagnóstico, aconselhamento, orientação, mas também formação e cursos especializados.

### 4. Os caminhos da inclusão: *empowerment* e participação

Reconhecer que o emprego não é a única via para a inclusão. Apoiar activamente o desenvolvimento pessoal, a integração e a participação na sociedade. Reconhecer o papel chave que as ONG's desempenham na provisão de serviços de apoio inovadores.

### 5. Empregos dignos, estáveis e adequados

Estimular e priorizar a criação de emprego de qualidade, em particular para os mais vulneráveis, assim como a criação de empregos adaptados às suas necessidades, através do binómio mercado de trabalho protegido nas empresas sociais.

### 6. Direitos fundamentais e medidas eficazes contra a discriminação

Deve ser assumido o compromisso claro para defender os direitos sociais fundamentais de todos os cidadãos. É necessário introduzir medidas e abordagens pro-activas de forma a abolir a discriminação com base no sexo, raça ou etnia, o estatuto de imigrante ou de refugiado, religião ou outras convicções, deficiência, idade ou orientação sexual, dedicando especial atenção ao acesso ao trabalho e aos serviços.

### 7. Governança e participação

Promover uma governação activa envolvendo as ONG's e outros actores chave, como os parceiros sociais, na concepção, implementação e monitorização das estratégias aos níveis regional, nacional e europeu. É necessário adoptar mecanismos sólidos de forma a promover a participação das pessoas que vivem em situação de pobreza.